

A GUERRA CIVIL DE 1932

São Paulo, 9 de julho a 2 de outubro



Fundação Pró-Memória de São Carlos

Praça Antonio Prado s/n, Centro

CEP 13560-046, São Carlos, SP

+55 (16) 3373.2700

www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br

promemoria@saocarlos.sp.gov.br

Ficha Técnica da publicação

Realização

Leila Maria Massarão (FPMSC)

Luana Viera (Museu de São Carlos)

Diagramação

RA Design

Fotografias

Anderson Ottani Photo Studio



A Vale da Fátima, de um lado, e a Fátima de outro, do
capitão Valente.

Foi doloroso para nós a abertura da trincheira que
sintetizava todos os nossos sofrimentos. Seu fundo lamento
estava abundantemente regado de sangue nosso. As suas bordas
testemunhavam o esforço desesperado de uma energia
espantosa, sob o martírio consciente por um cristianismo
constitucional. Ali sofremos agressão do tempo, do inimigo e
também a agressão do companheiro que, em todas as cruzadas,
nunca falte com o golpe pelas costas. Perdida agora, pela sua
conformação, nem ao inimigo poderia servir. Permanecia fiel
aos amigos que a abandonavam. Esquecida, a vale suje firmava
no Vale do Paraíso como um cinzelo.

Quarta, 24 de Junho, pelo arcebispo de Braga, D. João de Castro, 1811, p. 10



O Museu de São Carlos foi criado em 28 de novembro de 1951, por meio da Lei Municipal nº 1.486, com a finalidade de organizar um acervo que contasse a história do município de São Carlos, sob o nome Museu Histórico de São Carlos. Entretanto, foi inaugurado apenas em 1957, como parte das comemorações do centenário da cidade, sob a denominação Museu e Patrimônio Histórico Municipal, e cede no andar superior da residência de Bento Carlos de Arruda Botelho, situado à Rua 13 de maio, 2056.

Em 1958, o Museu integrou o grupo dos Museus Históricos e Pedagógicos criados pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1950 a 1970. Neste contexto, coube ao município de São Carlos sediar um museu do período republicano, tendo Cerqueira César como patrono a ser lembrado. Desta forma, em 1959 o acervo do Museu e Patrimônio Histórico Municipal foi anexado ao Museu Cerqueira César e inaugurado o Museu Histórico e Pedagógico “Cerqueira César”, no espaço do antigo Fórum e Cadeia Municipal.

No ano de 1990, as atividades do MHP “Cerqueira César” foram encerradas para sua reestruturação e todo o acervo foi transferido para a Casa da Cultura Dr. Vicente de Arruda Camargo, onde permaneceu alocado no porão por cerca de dois anos. Em 1992, o Museu passou a ocupar o térreo da antiga Estação Ferroviária, local em que permanece até a atualidade.

Em 2001, a gestão do MHP “Cerqueira César” foi transferida da Secretaria de Educação para a Coordenadoria de Artes e Cultura. Em 2012, por meio da Lei Municipal nº 16.284, de 25 de julho, o Museu passa oficialmente a denominar-se Museu de São Carlos e a coordenação e gestão da instituição são transferidas da Coordenadoria de Artes e Cultura da Prefeitura Municipal de São Carlos para a Fundação Pró-Memória de São Carlos.

No ano de 2013 seu Plano Museológico foi elaborado, e o Museu de São Carlos passou a ser entendido como um museu de cidade, dedicado a preservar e difundir a memória e cultura de São Carlos e sua comunidade, compreendendo como aspectos essenciais:

Missão:

- Preservar, pesquisar e difundir a história, valores culturais e identidades da cidade e de seu povo;
- Salvar seu patrimônio material e imaterial, primando sempre pela veracidade de seus registros e usos;
- Fazer-se local eclético, despojado de preconceitos, totalmente aberto ao público e o diálogo com o mesmo.

Visão:

Constituir-se como local de efervescência cultural e social, espaço de educação e difusão da história tanto do município de São Carlos, como de sua população, reforçando a identidade da comunidade e sua participação no desenvolvimento sócio cultural da região.

Valores:

- Fidelidade à visão e missão da instituição;
- Compromisso com a veracidade dos fatos a difundir;
- Compromisso com a educação
- Incentivo à reflexão e formação de senso crítico;
- Incentivo ao exercício da cidadania;
- Promover o sentimento de pertencimento, por parte da população, à instituição e ao que nela há.

Museu de São Carlos

Terça a Sexta, das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h

Sábados, Domingos e feriados, das 10h às 16h

Informações: (16) 3373.2700 ramal: 313

facebook: /museudesaoCarlos

e-mail: museudesaoCarlos@gmail.com



EXPOSIÇÃO GUERRA CIVIL DE 1932

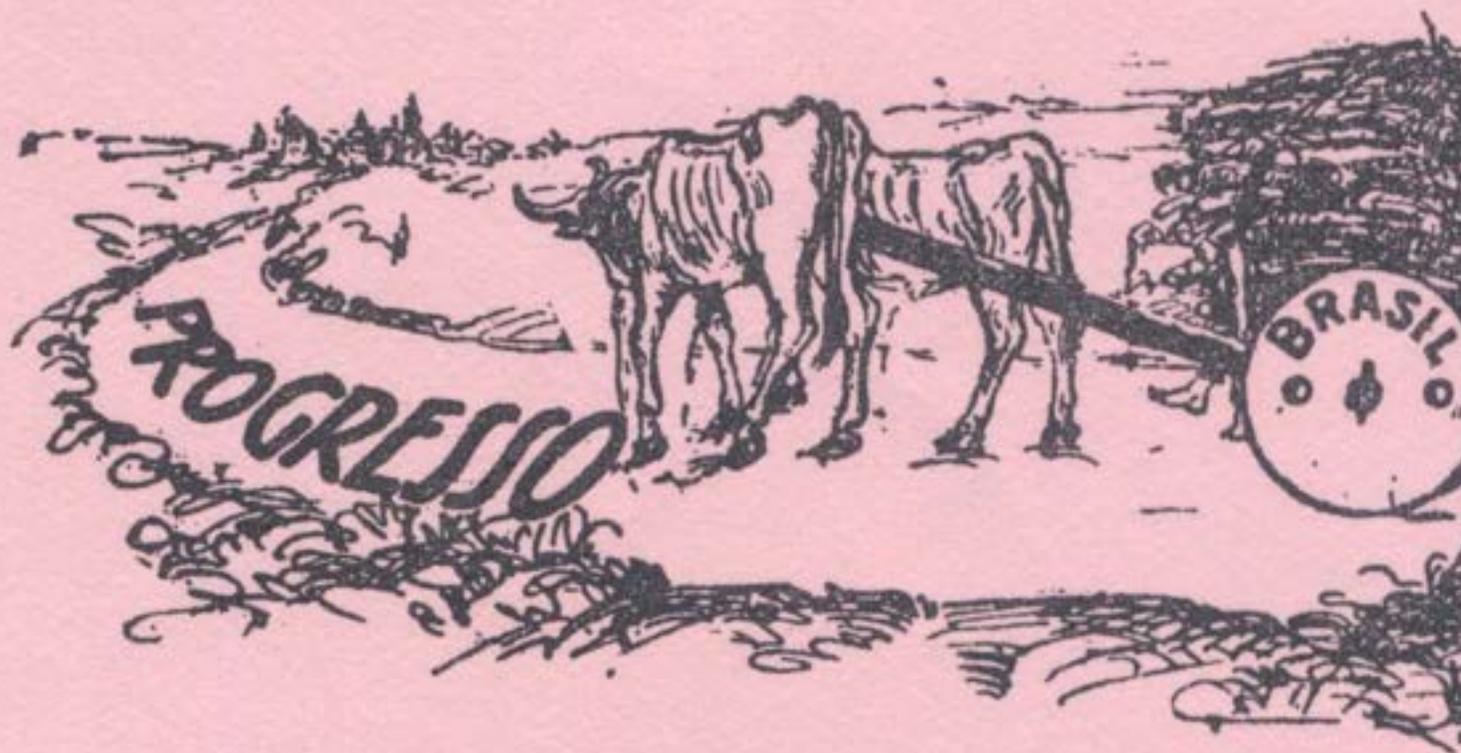
As exposições que comumente abordam a “Revolução” de 1932 apresentam um viés histórico no qual se exalta a grande mobilização popular, principalmente dos paulistas, contra o governo de Getúlio Vargas, iniciado com a Revolução de 1930. A ênfase desse discurso reside na vitória moral obtida pelos paulistas, por meio da promulgação da Constituição em 1934, e na comemoração do 9 de Julho, fazendo com que a história oficial nos mostre apenas a perspectiva e o discurso paulista

A exposição Guerra Civil de 1932 - São Paulo 9 de julho a 2 de outubro, exibida no Museu de São Carlos, teve como proposta mostrar uma nova perspectiva sob esse evento histórico. Além de apresentar imagens e objetos já tradicionais em exposições sobre o movimento constitucionalista de 1932, trouxe como elemento novo uma dimensão reflexiva e até mesmo polêmica, onde a guerra não é exaltada e as controvérsias em torno do tema são postas em confronto, com o intuito de estimular novas interpretações e suscitar discussões que não se voltam apenas para a década de 1930, fazendo parte do debate político da atualidade brasileira. Desta forma, se a sociedade brasileira discute atualmente este tema em diversas linhas de argumentação com consequências políticas presentes, foi também dever do Museu de São Carlos apresentá-las à população são-carlense para que as discuta e divulgue.



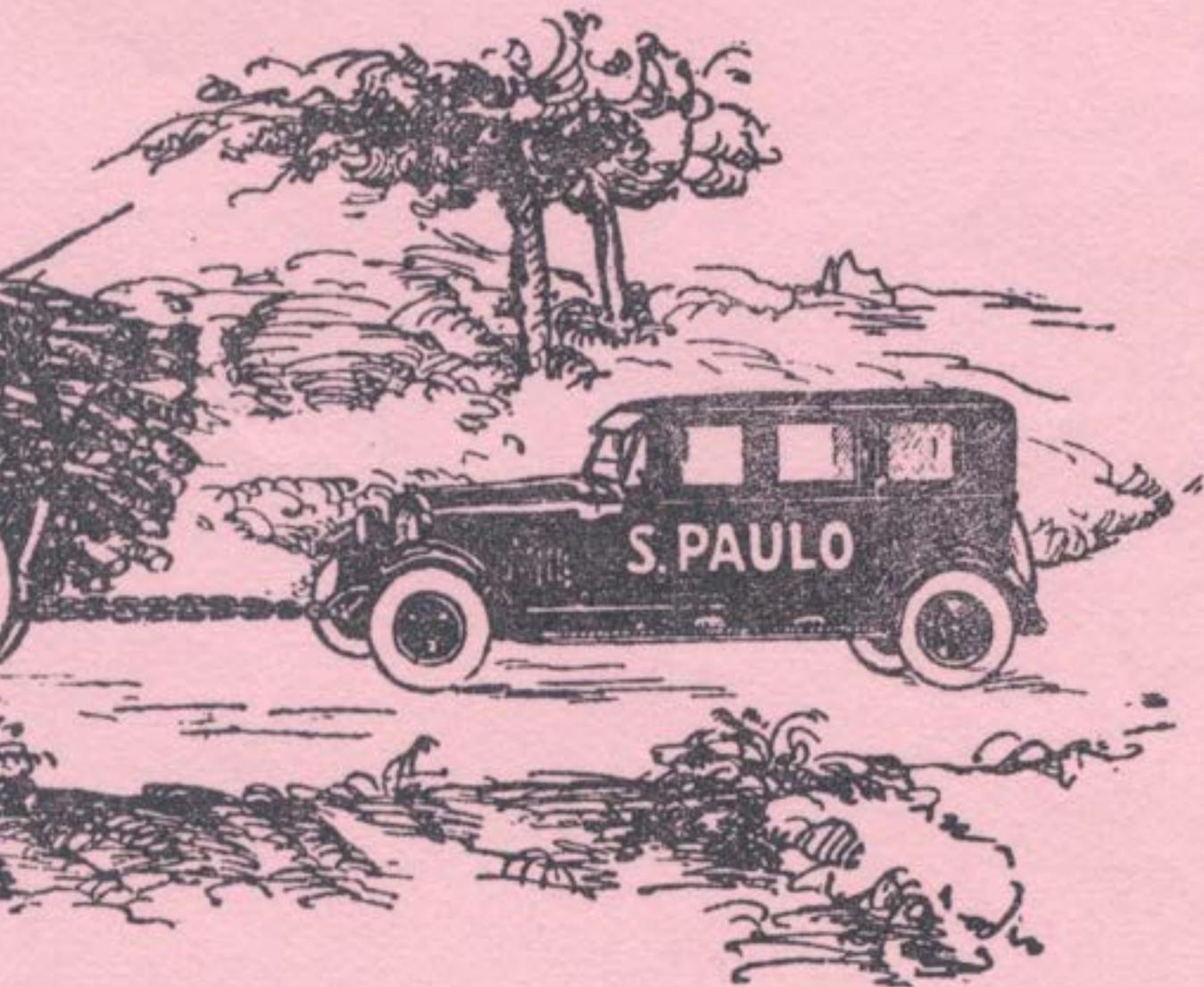
PAULISTAS

ATE' QUANDO CONTI



ROMPAMOS ESTA C
MARCH

NUAREMOS ASSIM?



CORRENTE
IEMOS PARA A SEPARAÇÃO

FORÇAS POLÍTICAS EM DISPUTA PELO CONTROLE NACIONAL

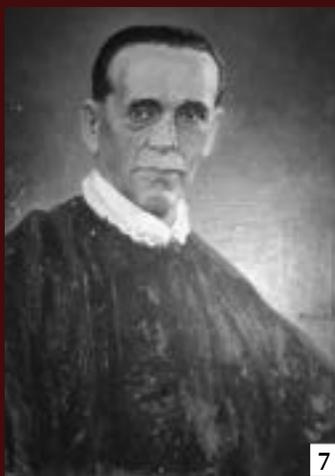
Os grupos em confronto na Guerra Civil de 1932 fizeram parte, durante a Revolução de 1930, da Aliança Liberal.

A Aliança Liberal foi formada em 1929 e congregava políticos de:

- Minas Gerais, em particular do Partido Republicano Mineiro (PRM);
- Rio Grande do Sul, com representantes da Frente Única Gaúcha, formada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de Getúlio Vargas, jovens políticos a ele ligados, e pelo Partido Liberal;
- Paraíba, liderados por João Pessoa, candidato a vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas, em 1929;
- São Paulo, com o Partido Democrático (PD), então em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP);
- e por “Tenentes”, grupos de militares brasileiros que haviam lutado contra o governo federal durante a década de 1920.
- Após a implantação vitoriosa da Revolução de 1930, membros da Aliança entraram em conflito pelos espaços de poder no governo federal e nos governos dos estados. Foi desse conflito que se originou o movimento constitucionalista paulista e a Guerra de 1932.

Se opuseram em 1932 os seguintes grupos:

- O autodenominado Governo Revolucionário Paulista formado por políticos do PD e PRP com o apoio de segmentos militares paulistas sob o comando do coronel Euclides Figueiredo e tropas do Mato Grosso sob liderança de General Bertholdo Klinger.
- O Governo Provisório Federal liderado por Getúlio Vargas e seus homens de confiança, com o apoio da maioria dos governos estaduais, Forças Armadas e dos “Tenentes”. Cada um desses opositores contou ainda com o apoio massivo da imprensa, setores das elites, industriais e de voluntários da sociedade civil. São Paulo conseguiu mobilizar grande parte da população do Estado para sua causa; já o Governo Provisório contou com os recursos federais e o apoio da maioria dos estados da Federação.
- O apoio de Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul a causa paulista foi limitado, dizendo respeito a alguns grupos de oposição dentro desses estados e que logo foram desarticulados pela ação dos Interventores aliados de Vargas.



1- Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), presidente provisório do Brasil entre 1930 e 1934. Fonte: Sioma Breitman

2- General Bertholdo Klingler (1884-1969), comandante-geral das forças constitucionalistas paulistas (1932). Fonte: VILLA, 2008, p.40

3- Osvaldo Euclides de Sousa Aranha (1894-1960), político e diplomata gaúcho, ministro da Justiça e da Fazenda no Governo Provisório (1932). Fonte: Blog Reminiscência

4- Coronel Euclides Figueiredo (1883-1963), comandante constitucionalista da Frente Leste (1932). Fonte: VILLA, 2008, p.48

5- General Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), comandante do Exército do Leste, força militar federal (1932). Fonte: Jornal "O Nordeste"

6- Pedro Manuel de Toledo (1860-1935), interventor federal em São Paulo em 1932. Fonte: Acervo MMDC Jaguariúna

7- Francisco Antonio de Almeida Morato (1868-1948), liderança constitucionalista paulista (1932). Fonte: Blog Foto e História

8- Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), jornalista e dono do jornal "O Estado de São Paulo", foi líder constitucionalista no movimento de 1932. Fonte: Col. Particular

A QUESTÃO CONSTITUCIONALISTA

O “constitucionalismo” foi a principal bandeira utilizada pelo movimento paulista de 1932 para angariar aliados e arregimentar voluntários para sua causa. Segundo os articuladores do levante de 1932, era necessária a instituição imediata de uma Constituição, de forma a impedir o Governo Provisório de tornar-se uma ditadura que submeteria todo o País, principalmente São Paulo.

Com a Revolução de 1930, a constituição vigente – publicada em 1891 – foi revogada e, dentre as propostas dos revolucionários, uma nova deveria ser escrita. Porém, na época, parte do movimento tenentista, um dos principais apoios do governo Vargas era contrário ao estabelecimento de uma Assembleia Constituinte e a favor da instituição de um governo centralizado e forte, o que era utilizado para corroborar a campanha constitucionalista paulista. Porém, no segundo semestre de 1931 as medidas para a eleição de uma Assembleia Constituinte para o ano de 1933 e o esboço de uma lei eleitoral começaram a ser implementados pelo Governo Provisório.

A demora nos preparativos para a constituinte, aliada à crise econômica e social desencadeadas no país depois de 1929, além de conflitos entre grupos políticos paulistas e os federais pelo controle do governo do estado de São Paulo, criou um cenário propício a manifestações e confrontos.

Na busca por aliados, e visando a mobilização da população paulista, políticos, imprensa e setores da elite de São Paulo

iniciaram uma ampla campanha contra o Governo Provisório, acusando-o de fazer do estado “território militarmente ocupado”, devido a presença de chefias tenentistas no governo paulista, e que apenas a implantação de uma Constituição salvaria o País (e São Paulo) de uma ditadura.

Inúmeros slogans constitucionalistas foram criados, e efetivamente mobilizaram a população em torno da causa. É preciso considerar, porém, que muitos pesquisadores tem observado, a partir de registros memorialistas e da análise dos eventos, que “a causa constitucionalista” não era totalmente compreendida pelas massas mobilizadas, e mesmo entre as lideranças e porta-vozes do movimento o tema era abordado de forma panfletária, pouco aprofundada.

Durante a guerra, nas discussões do armistício e cessação do conflito, foram sugeridos pelo governo federal a instituição de uma Constituição provisória até as eleições de 1933 e o controle do governo de São Paulo por um interventor civil e paulista, acordos que nunca foram aceitos pelos constitucionalistas. Tal quadro causa estranheza e novos questionamentos, em particular porque após o término da Guerra e a realização das eleições no ano seguinte, os ideólogos do movimento constitucionalista paulista colocaram-se como os únicos responsáveis pela efetiva realização da constituinte e, assim, vencedores morais de um conflito perdido nas armas.

As mãos Paulistas estiradas aos céus, para a defesa da HONRA DA NACIONALIDADE, contra a obra dos imbecilíssimos traidores do SANGUE PAULISTA, que negam a Bandeira, na presença, todo o Território Brasileiro!

Paulistas!
Rebellemos de todas as forças contra o fascismo que aí paira, não só no Brasil, URA DO LEGISLAO para a execução política da VICTORIA!

SÃO PAULO não faz concessões políticas para implantar a ditadura, a sede e o centro sobre as Esquadras! A sua revolução é a revolução essencial da NAÇÃO contra a sede, a ditadura e a separação!

SÃO PAULO não dá a rubrica de um acordo para acabar com a sua revolução legalmente ao tempo da LIBERDADE NACIONAL!

A sede de S. PAULO, dentro do BRASIL, é de nós, cidadãos e militares e CIVIS! CIDADANOS e NAÇÃO dentro da LEI!
Viva Deus, Deus!

A mesma energia indomável que planejou a maior revolução ocorrida no planeta da América do Sul está acordada, agora, para planear definitivamente a arquitetura insubstituível da UNIDADE BRASILEIRA!

Paulistas!
Cabe para que se honre acima a Direção que acaba a Sede e seu mundo de fora que se honre ao defesa da LIBERDADE e da DEMOCRACIA!

O BRASIL vivirá enquanto acabar um LIVRE, DIGNO e RESPEITADO! Não se perca o momento e aproveite-se para que se honre a liberdade, a justiça e o OPORTUNO DAS DECISÕES!

AO POVO

De ordem do Governo do Estado, com-
municamos ao público que se acha installa-
do, nesta cidade, o serviço de alistamento de
voluntarios para a defesa da causa cons-
titucionalista, achando-se, no predio do Fo-
rúm local, todos os dias de 7 ás 18 horas,
o competente livro destinado a receber as res-
pectivas inscrições.

Outrosim, em obediencia ás ordens
do nosso Governo, avisamos que foi re-
cebida hontem, 17 do corrente, autoriza-
ção para requisição de passes, unicamen-
te para reservistas.

Para quaesquer esclarecimentos,
os interessados devem procurar o pre-
sidente da Comissão de Alistamento,
o Snr. Dr. Juiz de Direito.

A Comissão

Paulistas!...

A nossa missão ainda não termina, S. Paulo não venceu pelas armas, porque foi traidido, mas vencerá pela sua justiça e persistência.

Temos a peito de orgulhosos porque confundem dignidade, heroísmo com orgulho. E estes que assim nos julgam são aqueles a quem chamamos de irmãos.

Os nossos irmãos lutam e sofrem comovidos. Os que nos apuxolaram, traidiram, combateram, insultaram, abandonaram, não são nossos irmãos. Devemos lutar somente comovidos e adquirir exclusivamente os productos fabricados em S. Paulo. Não havendo similar paulista é preferível comprar a estrangeiro.

Paulistas!... para o bem de S. Paulo guerra aos artigos de outros Estados, e não paguem os impostos federais.

S. Paulo só será senhor de sua grandiosidade quando for livre.
Viva S. Paulo livre!...

(Tire copia e passe)

AO POVO

Para os Alistamentos do Brasil, o endereço de todos os Correios e Telegrafos - Praça das Flores

**PAULISTAS!!!
BRASILEIROS!!!**

**PELA CONSTITUÇÃO!
PELO BRASIL UNIDO E FORTE**

O Grande Exército Constitucionalista, defensor da soberania nacional, marcha rumo ao Ceará.
União-nos para a libertação dos inimigos da Lei e da Justiça.

No Praça da Pátria, hoje, de 10 a 12 horas, será cantado o Hymno da Liberdade de um povo que uma nobre ditadura jamais esquecerá.

Faltam diversos cartazes novos.

**Viva São Paulo!
Viva o Brasil!**

BRASILEIROS!

Respeitemo-nos uns aos outros! São Paulo levantou-se em armas pela lei, pelo nosso estre-
meado Brasil.

Brasileiros nascidos em São Paulo! Brasileiros de todo Brasil.
Assim como a espada curvou-se perante a lei, curvemo-nos uns aos outros pelo Brasil unido e forte, dentro dessa mesma lei!

Brasileiros! O conflito de nossa estrangeira e angustiada Patria que nos chama!

Não permitam a confusão provocada por algum interessado nos separe! A Constituição nos unirá e todos e um Novo Brasil Unido Vencerá!

**A'S ARMAS BRASILEIROS! COM S. PAULO E PELO BRASIL UNIDO.
PEÇAM ARMAS E SIGAMOS! — PARA A FRENTE BRASILEIROS.**

1- Volante distribuído em todo o Estado durante os comícios das Bandeiras Cívicas (1932). Fonte: APAAC/APESP

2- Folha volante distribuída em Penápolis (SP) durante a campanha de 1932. Fonte: APAAC/APESP

3- Volante constitucionalista (1932). Fonte: APAAC/APESP

4- Folha volante que circulou em São Paulo (1932). Fonte: APAAC/APESP

5- Manifesto de São Paulo lançado por aviões em Minas Gerais e Rio de Janeiro e divulgado nos jornais paulistas em julho de 1932. Fonte: APAAC/APESP

A QUESTÃO SEPARATISTA

O “separatismo” paulista foi usado pelo Governo Provisório como agregador de aliados e para a mobilização de voluntários na guerra contra São Paulo. O governo de Vargas, utilizando o existente bairrismo paulista, divulgou que São Paulo pretendia se separar do restante do país, além de considerar os outros estados atrasados e mesmo selvagens.

As análises dos eventos ocorridos em 1932, porém, demonstram que não havia um projeto separatista por parte das lideranças paulistas. Contudo, muitos discursos demonstravam uma postura de menosprezo de São Paulo, em especial, pelos estados do Norte/Nordeste, o que pode ser observado em diferentes textos, propagandas e discursos durante os confrontos, como as tiras do Jornal das Trincheiras e volantes que circularam na época.

Grupos separatistas paulistas eram uma minoria dentro do movimento constitucionalista e foram considerados prejudiciais na busca por alianças políticas, sendo isolados pelos articuladores dos conflitos de 1932.

Além da questão separatista e do bairrismo paulista, a propaganda federal ainda alegava que o levante iniciado em São Paulo era promovido por políticos que haviam perdido o poder com a Revolução de 1930, dando ao movimento características reacionárias e contrarrevolucionárias.

A propaganda do Governo Provisório teve significativo alcance e que, somado à influência que exercia no restante do País, levou a uma massiva e rápida mobilização contra os paulistas. É preciso ainda considerar que o sucesso das propagandas federais se apoiaram na existência efetiva de uma crença de superioridade econômica, cultural e étnica de São Paulo em relação aos outros estados, e na participação ativa do PRP na Guerra Civil de 1932, grupo político que controlou o governo do País, em parceria com Minas Gerais, durante todo o período republicano pré-Revolução de 1930.





**S
A
L
A
2**

CONFRONTO ARMADO

O Comitê Revolucionário paulista, formado por políticos e militares, acordou o início de um levante armado e tomada do poder no Distrito Federal (Rio de Janeiro, capital federal na época) para o dia 20 de julho de 1932. Porém, o general Bertholdo Klinger, comandante militar, precipitou os eventos quando afrontou o Ministro da Guerra, general Augusto Inácio do Espírito Santo.

Em 09 de julho, o coronel Euclides Figueiredo iniciou as operações militares com o apoio de tropas da 2ª Região Militar (São Paulo) e da Força Pública, ocupando quartéis, estações ferroviárias, correios, telefônicas e outros pontos estratégicos. Logo após o sucesso do levante na capital paulista e no interior do estado, as forças militares iniciaram sua marcha para o Vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro, e para pontos nas fronteiras de Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná, de onde, acreditavam, que viria apoio militar para o levante.

O confronto armado se prolongou por 85 dias e jogou por terra o planejamento paulista de um desfecho rápido e consequente tomada do poder central. O apoio de outros estados foi impedido por divisões e disputas políticas regionais e o isolamento paulista levou ao desespero da mobilização civil e industrial nos esforços de guerra, impulsionado principalmente por uma intensa propaganda política e ideológica nem sempre condizente com a realidade vivida.

O Governo Provisório de Vargas buscou um acordo para o fim do confronto armado nos primeiros dias de confronto, sem sucesso. A mobilização das forças nacionais, oriundas de vários estados brasileiros, rapidamente isolou São Paulo e iniciou campanhas dolorosas de combate e invasão. Ambos os lados voltaram a discutir durante os meses de conflito as condições do armistício, São Paulo exigia que fosse honroso e o Governo Provisório que fosse uma rendição incondicional, como de fato se deu.

As tropas federais lideradas pelo general Góis Monteiro, superior numérica e materialmente, submeteram os paulistas, mas a resistência se prolongou ainda por várias semanas, aumentando a destruição, o número de mortos, feridos e mutilados.

Nos últimos dias de setembro, o general Klinger propôs a cessação do conflito. Em 2 de outubro, o comandante da Força Pública de São Paulo, coronel Herculano de Carvalho Silva, assinou a Convenção Militar e, assim, encerrou oficialmente a guerra.



1



2



3



4



5



6

1- Jornal "A Platéia", 11 de setembro de 1932.

2- No centro e a frente, o coronel Herculano de Carvalho e Silva (1892-1963), comandante da Força Pública de São Paulo durante a campanha de 1932. Fonte: Sociedade Veteranos de 1932-MMDC Núcleo Itapira

3- General Valdomiro Castilho de Lima (1873-1938), comandante das tropas federais na Frente Sul. Após o término da guerra civil de 1932, foi nomeado interventor em São Paulo. Fonte: Wikipédia

4- Da esquerda para a direita. Miguel Costa (1874-1959- liderança tenentista). Góis Monteiro e Getúlio Vargas (1930). Fonte: Wikipédia

5- No centro da foto, o coronel Euclides Figueiredo e o coronel Palmércio de Rezende (1880-1939) durante a campanha militar de 1932. Fonte: Álbum de Feliciano Lebre Mello. Blog da Neta.

6- No centro, o general Bertholdo Klinger durante a campanha de 1932. Fonte: Blog História Militar, de Carlos Roberto Dároz



Alto Grosso

Minas Geraes

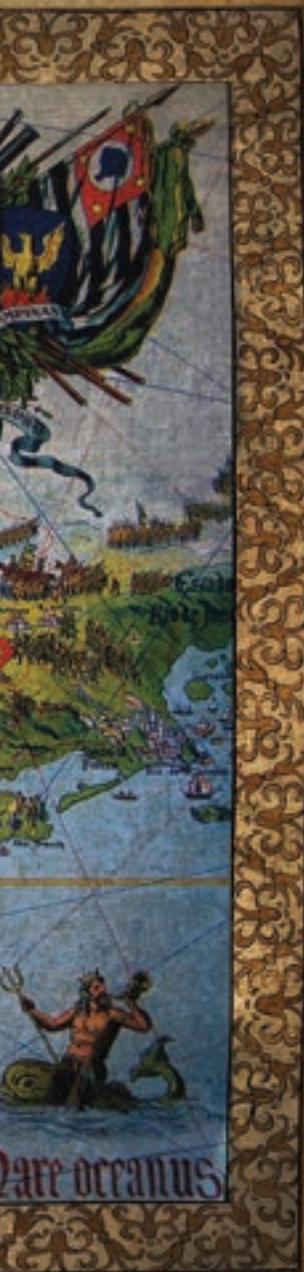
Estado de São Paulo



topicus capricorni:

Esta he a carta
verdadeira da revolução
q: houve no Estado de
São Paulo no anno
de mcmxxii

Paraná



1 - Frente Norte ou Mineira: definida por alguns como Frente Leste, a área era extensa e ocupava as fronteiras entre Minas e São Paulo desde a região ao norte do Vale do Paraíba até o setor da Alta Mogiana e cidades em direção ao oeste. Os principais combates ocorreram nas cidades de Limeira, Bragança e Campinas, onde ataques aéreos aterrorizaram a população local

2 - Frente Oeste ou do Mato Grosso: estabelecida nas fronteiras do estado de São Paulo com o então estado do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), esta frente teve seus principais combates no interior daquele estado, em rios da região de Porto Murinho, Porto Esperança, Ladário e Coxim. As forças constitucionistas esperavam receber através desta frente apoio de Mato Grosso, – segundo relato de Euclides Figueiredo (1954), o general Bertholdo Klinger prometera a cooperação de quase toda a guarnição militar do Mato Grosso (5.000 soldados, 13.000.000 de cartuchos de infantaria, além de diversos equipamentos militares) –, porém, os reforços que chegaram a São Paulo foram pequenos e muitos deles ficaram presos nas batalhas do interior mato-grossense.

3 - Frente Sul: localizada nas proximidades da fronteira com o estado do Paraná, esta frente experimentou os combates mais violentos da guerra civil, em particular na cidade de Buri (SP), e merecem diversos trabalhos de memorialistas e ex-combatentes. Desta região as forças paulistas esperavam receber apoio de tropas vindas do Rio Grande do Sul, o que não aconteceu: as tropas gaúchas chegaram a área, mas apoiando o Governo Provisório.

4 - Frente Litorânea ou Costeira: esta frente ocupou o litoral paulista, em especial o Forte de Itaipú em resposta ao bloqueio do porto de Santos pela Marinha brasileira. O bloqueio pretendeu evitar a entrada de armas, munições ou qualquer ajuda aos paulistas vindas do exterior ou de outras regiões brasileiras. A principal batalha ocorrida na frente opôs um avião constitucionalista e navios da Marinha em 29 de setembro; deste confronto redundou o abatimento do avião paulista e a morte de sua tripulação.

5 - Frente Leste ou do Vale do Paraíba: identificada por alguns como Frente Norte, esta região foi uma das principais áreas de combate, uma vez que abriria caminho em direção do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e fazia fronteira ainda com Minas Gerais. A região foi tomada pelos paulistas a partir de 10 de julho de 1932 sob o comando do coronel Euclides Figueiredo e foi palco de importantes batalhas, em particular no túnel da Estrada de Ferro Central do Brasil, na Serra da Mantiqueira, próximo a cidade de Cruzeiro, ponto estratégico entre fronteiras estaduais. Assim como foi a primeira frente formada, foi a última a cessar fogo, sendo que Figueiredo recusou a rendição e partiu para o sul, tentando reorganizar as tropas, mas acabou preso em Santa Catarina e, depois, exilado.

PRINCIPAIS CONFLITOS FORA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Julho de 1932

- 17-7 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro*
- 19-7 Bela Vista - Mato Grosso**
- 10-7 Pouso Alegre - Minas Gerais**
- 21-7 Cel. Joaquim Macedo - Minas Gerais**
- 21-7 Guaxupé - Minas Gerais**
- 21-7 Santana dos Tocos - Rio Grande do Sul**
- 21-7 Vacaria - Rio Grande do Sul**
- 22-7 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro*
- 29-7 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro*

Agosto de 1932

- 02-8 Belém - Pará*
- 18-8 Itacoatiara - Amazonas**
- 19-8 Ipajim - Mato Grosso**
- 19-8 Ladário - Mato Grosso**
- 20-8 Perdido - Mato Grosso**
- 20-8 Porto Murquinho - Mato Grosso**
- 22-8 São João - Rio Grande do Sul**
- 22-8 Salvador - Bahia*
- 29-8 Coxim - Mato Grosso**

Setembro de 1932

- 03-9 Porto Esperança - Mato Grosso**
- 04-9 Pelotas - Rio Grande do Sul**
- 07-9 Mandioca Assada - Mato Grosso**
- 10-9 Porto Murquinho - Mato Grosso**

- 10-9 São Gabriel - Rio Grande do Sul**
- 10-9 Santa Maria - Rio Grande do Sul**
- 13-9 Fão - Rio Grande do Sul**
- 13-9 Reizinho Macedo - Rio Grande do Sul**
- 20-9 Cerro Alegre - Rio Grande do Sul**
- 25-9 Porto Esperança - Mato Grosso**

Outubro de 1932

- 4-10 Campo Grande - Mato Grosso**

* Conflitos e tiroteios contra civis (com mortos e feridos);

** Combates entre tropas militares (com mortos e feridos).

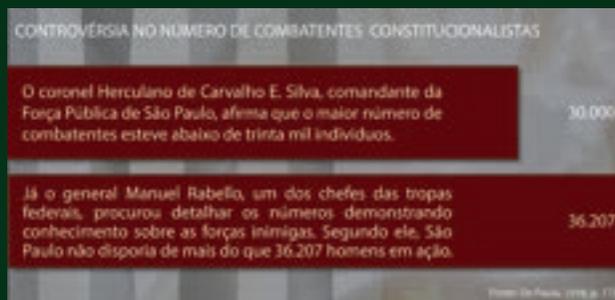
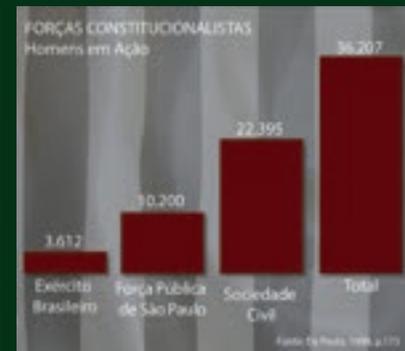
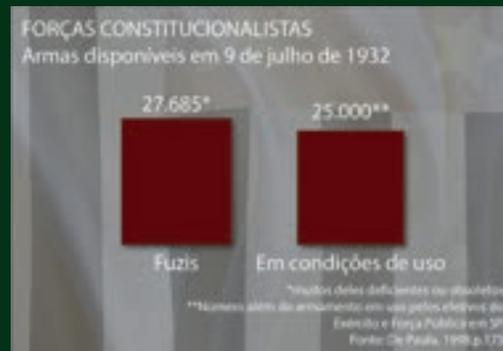
São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso estiveram diretamente envolvidos nos eventos relacionados à Guerra Civil de 1932. Porém, no que diz respeito aos estados não envolvidos diretamente, houve uma adesão predominante ao lado do Governo Provisório, com destaque para os estados do norte/nordeste onde os interventores federais tinham muita força e eram leais aos ditames da Revolução de 1930. Além disso, muitos estudos demonstram que a adesão destes estados aos federais se relacionou, junto a interesses políticos, às possibilidades de ganhos frente a um dos ciclos de seca da região e ao impacto dos discursos racistas, bairristas e separatistas de linhas políticas e intelectuais paulistas frente aos nordestinos.

Alguns eventos de apoio aos paulistas são encontrados nesses estados, porém suas histórias dizem mais respeito a protestos frente a questões locais ou regionais do que apoio a causa paulista puramente, como foi o caso do levante de Óbidos (PA) e os confrontos do Baixo Amazonas.

FORÇAS PAULISTAS:

A partir das fontes é possível estimar o número de homens envolvidos na Guerra de 1932 pelo lado paulista, em particular o volume de voluntários.

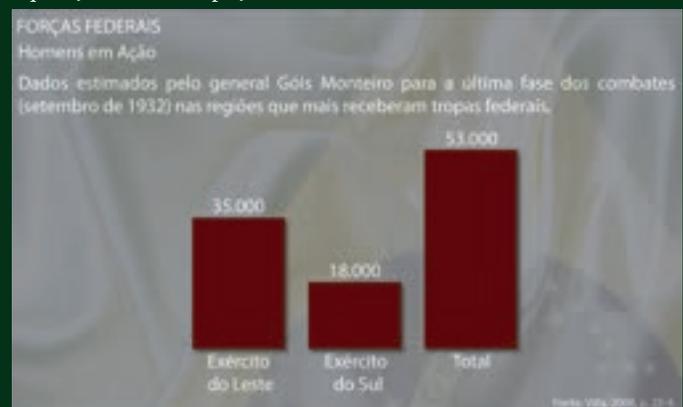
No que diz respeito aos armamentos, o precário preparo das forças paulistas para enfrentar os federais é sempre evidenciado, e as ações extremadas para o desenvolvimento de equipamentos enfatiza tal despreparo.



FORÇAS FEDERAIS:

Os estudos sobre os combates de 1932 são constantes em afirmar que as forças federais eram bem maiores que aquelas mobilizadas pelo levante paulista, o que se confirma pelos dados compilados nos documentos de época.

No que tange aos recursos materiais (armamento, artilharia, veículos, etc), as forças federais puderam contar com os equipamentos de vários estados brasileiros e tinham livre acesso à aquisição de novas peças.







ESFORÇOS DE GUERRA

Impulsionados por uma intensa propaganda política e ideológica, vários setores da sociedade paulista empreenderam esforços para auxiliar as campanhas militares, em especial quando o conflito se tornou uma campanha militar longa e a precariedade do exército paulista foi evidenciada.

As indústrias e os centros de pesquisa são exemplos da mobilização para a guerra, não apenas no cenário político, mas com ênfase no desenvolvimento e fabricação de armamentos.

Através de órgãos como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a elite industrial local adaptou muitas fábricas para a produção bélica, além de manter parte do operariado sob o controle de chefes de repartições no interior das indústrias. É preciso salientar que nem todos os trabalhadores aderiram ao movimento, mas tiveram que se sujeitar a ele, outros, no entanto, aderiram ao discurso constitucionalista com entusiasmo.

A ESCOLA POLYTECHNICA DE SÃO PAULO

O Serviço de Engenharia da Força Pública do Estado foi criado pelo governador Pedro de Toledo com o apoio da Escola Polytechnica, seus alunos e seus laboratórios.

Dispondo de engenheiros e técnicos industriais para colocar em prática o que fosse desenvolvido, a Polytechnica buscou ampliar seus estudos e projetos. A Escola disponibilizou diversos serviços e criações, dentre eles:

- Capacetes;
- Morteiros de trincheira;
- “Sapinho”: obuseiros com alcance de até 1500 metros;
- Máscaras contra gás;
- Canhão lança-minas – lança-minas de até 2 kg a uma

distância de até 800 metros;

- Cavalos de frisa e outros mecanismos de defesa;
- Execução de trincheiras;
- Construção de pontes;
- Instalação de telégrafos e telefones;
- Desenvolveram um foguete luminoso que estourava a 500 metros de altura por 35 segundos para ajudar na localização de resgates.

No entanto, ainda não havia segurança sobre o funcionamento de muitas dessas criações. Assim, ainda que os técnicos colocassem a vida em risco, propunham-se a testá-las para possibilitar a fabricação e seu melhoramento. Os testes e sua fiscalização ficavam a cargo do Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM).

Muitos engenheiros e técnicos morreram ou ficaram gravemente lesionados devido aos testes feitos. Alguns nomes destacam-se: Douglas McLean, Joaquim Bohn e o estudante José Greff Borba foram mortos em testes. Os engenheiros Cyrillo Florence e Romulo Lemos Romano sofreram lesões devido ao constante contato com amonal (composto químico usado em explosivos) e o engenheiro Adriano Marchi e o voluntário Mario Bertacchi ficaram gravemente feridos em explosões acidentais.

Contudo, muitas pesquisas possibilitaram aumentar o potencial explosivo de granadas, aprimorar o uso dos fuzis e aumentar a fabricação de projéteis com materiais diferentes. Os avanços tecnológicos experimentados, mesmo que alcançados de maneira temerária, posteriormente representaram um impulso industrial importante na região e na indústria bélica nacional.



1



2



3



1



2



3

1- Movimento constitucionalista de 1932. Fonte: APH/FPMSC

3- Soldados posando com bombas fabricadas pela Escola Polytechnica de São Paulo. Fonte: DE PAULA, 1998, p.134

5- Linha de produção de munições fabricadas pela Escola Polytechnica e as Indústrias Matarazzo (1932). Fonte DE PAULA, 1998, p.127

OS CARROS DE COMBATE

Os conflitos de 1932 exigiram o uso de carros de batalha – tanques – para facilitar a locomoção e a segurança pelo terreno inimigo e, obviamente, reforçar o armamento das tropas constitucionalistas. No entanto, não havia recursos materiais, financeiros e nem mão de obra especializada na indústria bélica.

A necessidade empurrou os paulistas para a improvisação com resultados surpreendentes, apesar das criações toscas e das estranhas figuras de seus carros de guerra. Assim, criaram-se os blindados: carros adaptados para suporte de armamentos de ataque e proteção dos soldados, dentre eles estavam os Trenc Blindados, os carros de assalto e o famoso Blindado Lança-Chamas.

O processo de produção de todos desses materiais, especialmente os carros e os armamentos, ainda que evidenciasse quão despreparado para combate eram as forças paulistas, levou ao desenvolvimento de novas técnicas de engenharia e implantações industriais, refinamento dos serviços de cartografia e dos meios de comunicação, o que representou um avanço importante da indústria bélica nacional.

Esses carros representavam mais um poder psicológico do que prático, pois não havia praticidade em seu funcionamento, mas o barulho que faziam, seu tamanho e suas metralhadoras causavam forte impacto visual.

Blindado Lança-Chamas: carro projetado em 1931 pela Seção de Carros de Assalto pela Força Pública de São Paulo, foi construído sobre o chassi de um trator Agrícola Caterpillar Serie 22 e desenvolvido pelo Tenente Reynaldo Ramos Saldanha

da Gama com o apoio da Escola Polytechnica. O carro era formado por chapas de aço rebitadas para a blindagem, uma torre giratória de observação, um lança-chamas frontal, quatro metralhadoras modelo Hotchkiss 7 mm e 2 holofotes para ações noturnas. Acomodava 6 pessoas, um motorista e 5 artilheiros.

Apesar de todo esse equipamento, o blindado resistia apenas a tiros leves, possuía pouca mobilidade em terrenos acidentados e quando precisava se deslocar a longas distâncias era transportado na carroceria de um caminhão.

Carros de Assalto – FS1, FS2, FS3, FS4, FS5 e FS8: os carros de assalto eram montados em chassis de carros e caminhões Ford, Chevrolet e Mac Coorning Deering. Em sua fabricação, devido a escassez de chapas de aço grossas para a blindagem, usava-se 2 chapas mais finas (11 ou 12 mm) e entre elas colocava-se lã de carneiro; sua suspensão era reforçada para suportar seu peso e da tripulação – cada carro transportava até quatro pessoas (exceto o FS8 que poderia transportar até 8 pessoas. Os carros eram camuflados no estilo francês da Primeira Guerra Mundial (marrom, verde e azul claro); possuía torre giratória com metralhadoras Hotchkiss 7 mm e fuzis. Dois tratores agrícolas Fordson modelo 1922, chamados FS6 e FS7, também foram blindados com chapas de aço arrebicado e equipados com 4 metralhadoras Hotchkiss 7 mm. Os carros de combate atuaram nas fronteiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná e serviam de apoio a infantaria e para reconhecimento, observação, exploração e apoio no recuo das forças Constitucionalistas.



1- VILLA, 2008, p.95

2- Carro de ataque blindado das forças constitucionalistas (1932). Fonte: DE PAULA, 1998, p.133

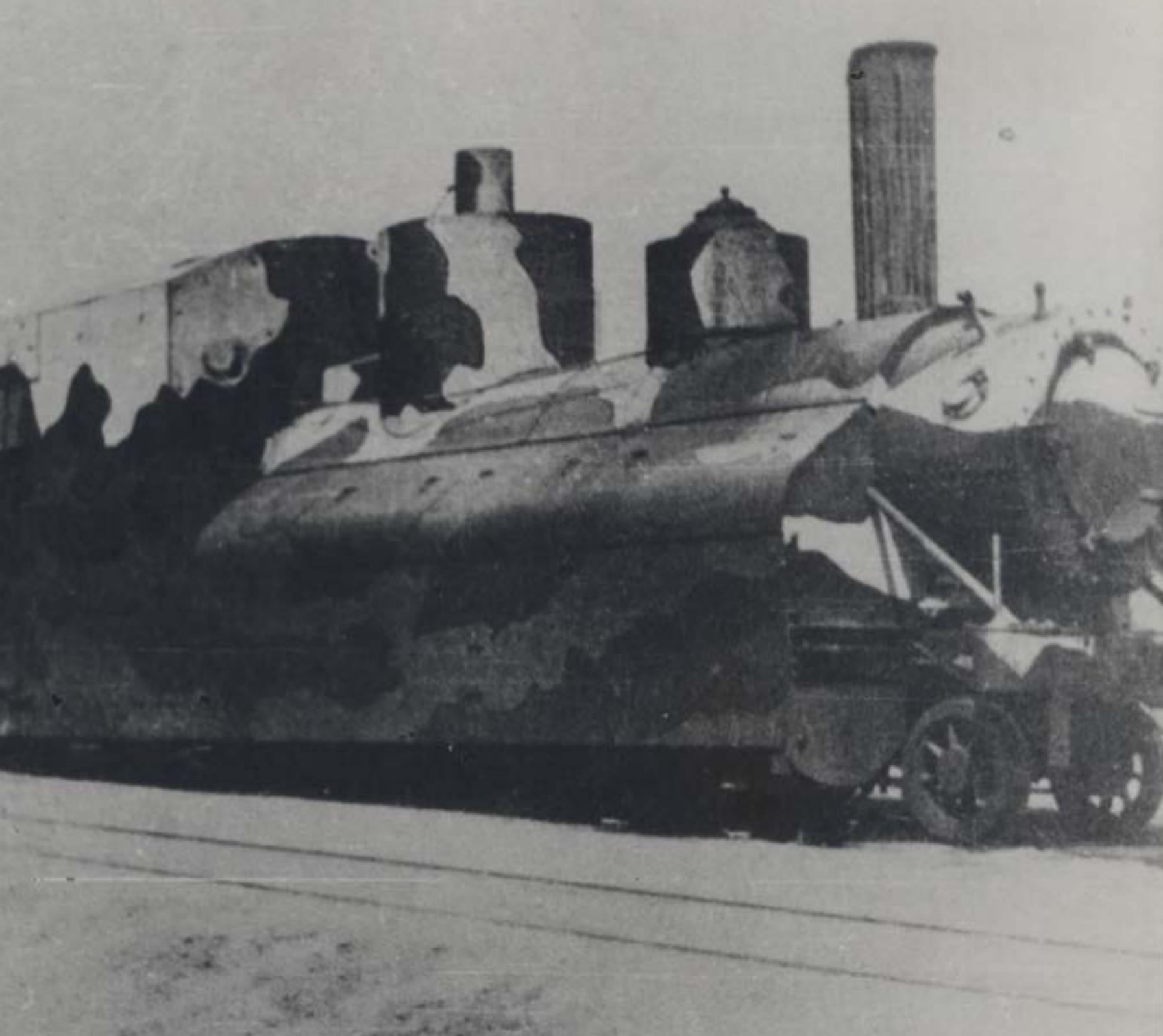
3- Tanque lança-chamas das forças constitucionalistas (1932). Fonte: VILLA, 2008, p.102

FANTASMA DA MORTE

Trens Blindados – TB1, TB2, TB3, TB4, TB5 E TB6: desenvolvida pela Escola Polytechnica, a composição era formada por locomotiva, tender e vagão blindados com dormentes de faveiro sobrepostos e revestidos por chapas de aço – onde o revestimento não era possível, cobria-se com uma chapa de aço mais grossa e resistentes a tiros de fuzil. O trem possuía uma torre giratória equipada com metralhadoras, um telefone para comunicação entre os módulos e duas ou três viseiras. Sua entrada ficava embaixo da locomotiva, sendo a tripulação composta por três mecânicos e 15 homens no vagão, nus da cintura pra cima devido ao calor intenso gerado pela falta de circulação de ar.

Os trens possuíam holofotes frontais movidos a energia elétrica gerada pela própria locomotiva, que eram os responsáveis pelo terror causado nas tropas inimigas: chegando em meio a escuridão no território inimigo, os holofotes eram acesos e cegavam as tropas acantonadas. Conhecidos na literatura memorialista como “fantasmas da morte”, os TBs circularam pelas estradas de ferro Mogiana, Sorocabana e pela Central do Brasil.





A AVIAÇÃO NA GUERRA CIVIL DE 1932

Em 1932, o Exército e a Marinha já possuíam cerca de quinze anos de experiência em atividades aéreas, sendo que a Força Aérea ainda não constituía uma força independente.

O Exército Federalista possuía uma grande quantidade de aviões. No começo de julho, imediatamente antes da eclosão do movimento, a aviação militar tinha em torno de 30 aviões diferentes em seu arsenal, além de um grande número de pilotos treinados para pilotar qualquer avião que o exército possuísse.

A Marinha também tinha seu arsenal de aviões: cerca de 40 aviões de diferentes tipos e poucos aviadores (pilotos e observadores) e mais de cem homens para o apoio em base. Mesmo bem equipados e com militares especializados na aviação, as forças federais tiveram que se organizar rapidamente para enfrentar a ameaça do Exército Constitucionalista pelos ares. Para isso, mobilizaram o Grupo Misto de Aviação somado a 5ª Arma do Exército, a Aviação Naval e a um número de pessoas da Escola de Aviação Militar.

Após a articulação das tropas, o Governo Federal comprou mais trinta e seis aviões. Todavia, apenas 10 foram montados a tempo para combate.

Os aviões legalistas ficaram conhecidos como ‘vermelhinhos’ devido a pintura específica que recebiam. Estes aviões, além de participarem do combate, ajudavam na campanha “contrarrevolucionária” por meio de panfletos e propagandas. Seu surgimento nos céus paulistas costumava causar pânico nos combatentes e nas populações civis

Se de um lado estava a equipada e preparada Aviação Federalista, do outro havia a precária Aviação Constitucionalista. Após a Revolução de 1930, a Aviação da Força Pública paulista (FPSP)

foi extinta, seu material (incluindo aviões, uniformes, armas e equipamentos de monitoração) foi recolhido para o Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro e seu pessoal distribuído por diversas unidades no estado de São Paulo.

Para suprir as necessidades do levante de 1932, uma das primeiras ações do Coronel Euclides Figueiredo foi a tomada do Campo de Marte e do arsenal do Destacamento de Aviões ali sediado. Este equipamento seria operado por antigos pilotos recrutados da FPSP e por voluntários.

Durante a guerra, São Paulo ainda receberia a adesão de dois aviões cuja tripulação desertou das Forças Federais

Próximo ao fim da guerra, São Paulo recebeu três aviões comprados numa negociação com a fábrica de aviões Curtiss Wright Corporation, com filial no Chile. Nessa negociação foram comprados dez aviões, no entanto apenas três conseguiram chegar a São Paulo, devido a interceptação tanto de tropas federais quanto de tropas estrangeiras.

Os aviões constitucionalistas, conhecidos como “gaviões de penacho” pertenciam a UAC – União Aérea Constitucionalista – liderada por Eurico Dutra e pouco puderam fazer em relação a Aviação legalista que possuía preparo, equipamentos e integrantes muito superiores à aviação emergencial constitucionalistas. Os aviões constitucionalistas ficaram baseados no Campo de Marte na cidade de São Paulo, Lorena, Mogi-Mirim, Campinas e Itapetininga e eram usados, além do combate aéreo e observação, para propaganda e distribuição de panfletos.

Itaquara, Itaquarungá, Bebedouro, Ribeirão Bonito, o tenente Pantaleão, desta cidade, e alguns, cujos nomes não conseguimos obter.

Campo de Aviação

Ficou concluído, hontem, o Campo de Aviação que, segundo o Dr. Jonas Novaes e Silva, é um dos melhores do Estado Mede 400 m. por 400 m. O trabalho foi dirigido pelo Dr. Jonas Novaes, competente engenheiro da nossa Camara Municipal.

O Dr. Theodorico de Camargo lembrou, como nome desse campo, o do nosso glorioso Santos Dumont.

Está assim realizado mais um grande e útil empreendimento local.

Parabens a S. Carlos.

Reunião no E. Normal

1

Ultimo apello de SANTOS - DUMONT aos seus patriotas, pela volta da patria brasileira ao regimen legal, pouco antes de profundamente acerbamente exilar o seu ultimo suspirio.

São Paulo, 14 de Julho de 1932.

Meus patriotas,

Solicitado pelos meus continuadores missionarios mandados neste bello, para escrever uma mensagem para encaminhar a um dos constituintes da Constituinte em 2 de Junho, por motivo de ausência, sobre o refugio a que provavelmente me avelho, mas posso ainda por estas palavras escritas offinar-me. Desgrate ao o meu bello offlar, com tambem o apelo de guerra, tendo sempre visado a gloria de sua Patria, bello de progresso harmonico de liberdade, julgo poder dirigir-me ao geral, e Ades si como patriotas, como um exento vivero em que os problemas de ordem politica e economica que ora se debatem, somente deontes de alguns patriotas que recordados, de forma a combater a nossa Patria a superior finalidade de seus vellos idearios.

Viva o Brasil Unido!

Santos Dumont

2



3

ORDEM DE BATALHA DA AVIAÇÃO NA PRIMEIRA SEMANA DA REVOLUÇÃO

AVIAÇÃO MILITAR	AVIAÇÃO NAVAL	AVIAÇÃO CONSTITUCIONALISTA
		
 10 Potez 25 TOE	 4 Voight Condor	 2 Potez 25 TOE
 5 Waco C50	 3 Morin FM	 2 Waco C50
 1 Anat G2 SP2	 7 Gessia/Marshall S.55A	 3 DH-60 Molt
 1 NG-72	 12 DH-60 Molt	 2 Hamet 410
 11 DH-60 Molt	 2 Aero 504 NVO	 1 N-81
(54 aeronaves fora de escala)		 1 MS-25
		 1 Curtiss JN-2
		 1 Caudron 70
		 1 Laté 26

4



5

1- "Campo de aviação", Jornal "Correio de São Carlos", 21 de julho de 1932. Fonte: APH/FPMSC

2- Mensagem de Santos Dumont datada de 14 de julho de 1932 sobre a guerra civil. Após sua morte, cópias foram distribuídas durante a campanha de 1932. Fonte: APAAC/APESP

3- Santos Dumont (1873-1932)

4- Modelos de aviões utilizados por federais e constitucionais durante a guerra civil de 1932. Fonte: DAROZ, 2013, p.75

5- Aviadores constitucionais (1932). Fonte: Blog Tudo por São Paulo - 1932



**“Louvar diante das crianças façanhas de guerra
é dar-lhes a saborear pastilhas venenosas”**

Júlia Lopes de Almeida

citada por Isabel ferreira Bertolucci. Jornal A Plebe, 03 dez. 1932



**S
A
L
A
3**

A IMPRENSA COMO VEÍCULO IDEOLÓGICO

Ao longo da Guerra Civil a propaganda teve papel estratégico para ambos os lados envolvidos, pois tinha a função de convocar adeptos e mobilizar a opinião pública sobre os acontecimentos que opunham paulistas e federais. Em São Paulo, foi criada a Comissão de Propaganda Cívica, ligada à Comissão de Alistamento da MMDC, que organizava caravanas para percorrer o interior do Estado realizando desfiles cívicos, comícios e mobilizações entre a população. As propagandas mostravam o alistamento como um dever cívico e de honra, que deveria, portanto, ser cumprido por todo “bom paulista”.

JORNAL DAS TRINCHEIRAS

O jornal era produzido pela Liga da Defesa Paulista e circulou entre 14 de agosto e 25 de setembro, totalizando treze edições publicadas. Inicialmente, foram impressos na Typographia Garraux e, posteriormente, pelo jornal O Estado de São Paulo. O objetivo era atingir diretamente os soldados nas trincheiras, encorajando e exaltando suas ações para que não desanimassem ou desistissem do conflito. Foram instrumentos desse discurso o modelo do bandeirante como um herói a ser seguido, expressado através de colunas de opinião, charges e histórias em quadrinhos.

As colunas “Cartas de um Voluntário”, “Cartas de Mulher” e “Notícias Militares”, publicadas neste jornal, incentivavam a continuação dos combatentes na batalha ao mesmo tempo em que amenizavam as notícias de derrotas, maquiando constantemente a realidade da guerra em curso.

A história em quadrinhos “As aventuras de Jeremias e Zoroastro”, veiculada pelo jornal, mostrava os soldados federais como desordeiros e sem comando, como combatentes

que “lutavam apenas em troca de comida”, pintando, assim, uma caricatura que reforçava a propaganda federal pautada na existência de um projeto bairrista e separatista dos paulistas frente ao restante do país.

JORNAL “O SEPARATISTA”

A ideia de separatismo partiu de um grupo minoritário e dissidente dos constitucionalistas. O jornal clandestino O Separatista teve suas publicações iniciadas em janeiro de 1932, circulando poucos exemplares ao longo de sua existência. Ao contrário da ideia do paulista como “descendente dos bandeirantes”, a ideologia separatista pregava que o Estado de São Paulo era o “grande gerador das riquezas do país”. O paulista era também um “corajoso”, não como bandeirante, mas como o “construtor da grande metrópole” que era São Paulo.

Essa postura, no entanto, era vista pelos constitucionalistas como inapropriada e incômoda, além de politicamente errônea, e foi combatida sob a alegação de que havia uma grande distância entre o Movimento Constitucionalista e o restrito movimento separatista, pois se considerava ser preciso “unir o país em torno da causa” e não dividi-lo. Contudo, o imaginário de superioridade dos paulistas frente ao restante do país, imaginário intrínseco a muitos jornais e panfletos constitucionalistas, encontrava eco no ideário de grande parte da população paulista.

AVENTURAS DE JEREMIAS E ZOROASTRO - Soldados dictatoriaes



1



2



6



7



3



4



8

1- Tira do "Jornal das Trincheiras", 08 de setembro de 1932. Fonte: APH/FPMSC

2- Partitura de "Anhanguera: hymno", publicada em 1932. Letra de Menotti del Picchia e música de Natalino Itabira. Fonte: APAAC/APESP

3- Cartão postal editado durante e após a guerra de 1932 pelo Correio Militar MMDC. Fonte: APAAC/APESP

4- Programa de espetáculo a ser apresentado em 10 de setembro de 1932 no Teatro Municipal de São Paulo em prol do Departamento de Assistência aos Feridos. Fonte: APAAC/APESP

O RÁDIO E A MÚSICA COMO FERRAMENTAS DE MOBILIZAÇÃO

A música e o rádio serviram de instrumentos políticos e ideológicos durante todo o conflito entre os paulistas e o Governo Provisório. Diversas músicas foram compostas com a finalidade de incentivar a participação no combate, destacando os grandes feitos paulistas reais e imaginários, convocando a população a deixar sua “marca” na história, como afirmava a música Passo do Soldado. O rádio, por sua vez, além de transmitir as notícias do fronte, era usado por radialistas e lideranças do movimento para, através de discursos constantes e emocionados, mobilizar a população de todo o Estado na sua causa.

MÚSICAS

Durante a guerra civil de 1932, as músicas produzidas e amplamente reproduzidas centravam-se no nacionalismo, na exaltação da paulistanidade e na tentativa de convocar a população para o conflito. As músicas eram compostas não apenas por músicos e poetas, mas também por militares, sendo executadas no rádio e pelas bandas que acompanhavam os combatentes dos locais de aquartelamento até as ferrovias.

A música Passo do Soldado, por exemplo, composta por Guilherme de Almeida para a Liga da Defesa Paulista, fundada em 28 de Maio de 1932, incentivava os paulistas a se engajarem na luta, pois assim deixariam sua marca e sua glória na história.

Outras músicas que se destacaram nesse período foram: Vencer ou Morrer, Para Frente Paulistas, Hino a São Paulo, Ser Paulista e São Paulo Grande e Forte.

Muitas foram compostas após o término da Revolução de 1932. O intuito era manter vivo o “espírito revolucionário” dos paulistas e, ao mesmo tempo, recordar um passado por eles considerado glorioso. São exemplo dessas canções Trem Blindado, marcha de João de Barro, Metralhadora, samba de

Luiz de Menezes e Donga, e Anistia de Ary Barroso.

RÁDIO

O rádio, representado principalmente pelas emissoras Record, Educadora e Cruzeiro do Sul, foi um importante propagador de ideias e ideais do levante paulista.

A Rádio Record teve grande força durante a guerra civil de 1932, pois, além de veicular notícias, difundiu discursos acalorados no intuito de convencer toda a população a aderir ao movimento. No dia 23 de Maio de 1932, um grupo de estudantes invadiu a rádio para a leitura de um manifesto, o que foi aceito e fez da Record a porta-voz dos constitucionalistas paulistas. Ao som da marcha francesa Paris Belfort, locutores tornados celebridades liam proclamações dos escritores Guilherme de Almeida e Antônio de Alcântara Machado.

Dentre os locutores destacou-se César Ladeira, conhecido como a “voz da revolução”, que em seus discursos conclamava o povo a pegar em armas para lutar por uma constituição. As transmissões da rádio com o radialista chegavam a ocorrer ao longo de doze horas diárias, o que seria fisicamente impossível. Para tanto, vários locutores se revezavam, procurando manter um padrão que dava a impressão de que era Ladeira quem estava lá o tempo todo. A ideia partiu de Januário de Oliveira, Arnaldo Pescuma e Renato Macedo que conseguiam imitar com perfeição a voz de César Ladeira.

Movimento Coral do Estado de São Paulo

Organizado em 1979 pela Secretaria de Estado da Cultura e Educação de São Paulo durante o governo indireto de Paulo Maluf, o movimento tinha como objetivo incentivar as propostas patrióticas do uso do canto, principalmente no canto orfeônico de Heitor Villa Lobos e na visão musical de Mário de Andrade. Entre as músicas e partituras trabalhadas pelo Movimento, estão aquelas que remetem a Guerra de 1932, como Hino a São Paulo e Hino dos Bandeirantes



1



2



3



9



10



11



12

- 1- César Ladeira (1910-1969), radialista paulista. Fonte: Blog Famosos que partiram
2- Desfile de voluntários em São Paulo acompanhados de banda marcial (1932). Fonte: O mundo ilustrado, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1934
3- Capa da partitura do "Hymno da tropa constitucionalista". Fonte: APAAC/APESP





**S
A
L
A
4**

SETORES COADJUVANTES DA GUERRA DE 1932

Nos estudos sobre a Guerra Civil de 1932, alguns grupos sociais participantes tem tido pouco ou nenhum destaque. Mulheres, negros, indígenas e operários, costumeiramente, são citados do ponto de vista da curiosidade e não da efetividade de suas ações, e o mesmo tratamento receberam na propaganda constitucionalista da época, onde apareciam como uma espécie de apoio pitoresco.

Mulheres: categorizadas como “mulheres paulistas”, era um grupo composto principalmente por mulheres das elites paulistas, “filhas de bandeirantes” e que deixavam suas preocupações domésticas pela causa constitucionalista. Neste grupo não se encontram as mulheres negras, operárias e de classes socialmente desfavorecidas, e quando são citadas – como Maria Soldado – é de uma perspectiva excepcional e explorada pela propaganda pró-paulistas

Negros e indígenas: informações e documentos sobre negros e indígenas, são comuns na imprensa e propaganda paulista, como símbolos de uma propalada universalidade da causa constitucionalista. Para alguns pesquisadores, negros e indígenas são citados, mas nunca como “paulistas”. Há um escamoteamento das questões raciais latentes durante a guerra, mas que retornam no período posterior.

Operários: grupo mais raro de ser localizado na propaganda e estudos memorialistas paulistas, o operariado, para alguns pesquisadores, esteve alheio à mobilização constitucionalista, com participações de motivação particular e não como grupo organizado. Além disso, foi constante a perseguição às lideranças operárias e a associação do operariado ao governo Vargas, tornando os trabalhadores um grupo suspeito e pouco confiável do ponto de vista “paulista”.



1



2

1- Alunas da Escola Profissional de São Carlos costurando para os soldados constitucionistas (1932). Fonte: APH/FPMSC
2- Batalhão Infantil de Garça (SP) posando em estúdio (1932). Fonte: DE PAULA, 1998, p.137

MULHERES NA GUERRA DE 1932

A participação feminina na Guerra Civil pode ser diferenciada de acordo com a classe social a qual pertenciam. Aquelas mulheres pertencentes à elite paulista se engajaram no conflito não para lutar, mas para conseguir subsídios para os homens que se alistaram. Elas faziam pronunciamentos no rádio em nome da “mulher paulista”, coletavam roupas e verbas, trabalhavam na confecção de fardas e davam apoio moral às tropas paulistas. Participaram ativamente da campanha de doação de ouro para o conflito paulista. A participação delas tinha mais caráter moral do que político.

Nos pronunciamentos, Olívia Guedes Penteado, vinda de uma das famílias mais ilustres de São Paulo e patrocinadora de artistas modernistas, por exemplo, fazia apelo às mulheres pedindo apoio ao conflito.

Em nota publicada no Jornal da Noite em 14 de Julho de 1932, Dulce Amara destaca a determinação e força da “mulher paulista descendente dos bandeirantes”, usando o argumento para convocar e fortalecer o homem paulista:

“Eu sou a Mulher Paulista. Sou filha e neta de bandeirantes. [...] A constituição é a meta ambicionada. [...] Tudo o que vos anima neste momento, Homem paulista, coragem, brio, consciência do dever, expansão cívica, já animou outrora os heroes das Bandeiras Paulistas, que vivem hoje nos nossos filhos, nos nossos pais e nos filhos, dos nossos filhos.”

(Jornal Folha da Noite – Julho de 1932)

De modo diverso às “mulheres paulistas”, as operárias e as mulheres “comuns”, que não descendiam dos bandeirantes como apregoavam as mulheres da elite, não tiveram voz ativa durante a guerra civil. As mulheres pertencentes às famílias tradicionais puderam ser a voz que convocava e confortava a população, porém esse discurso nem sempre foi o mesmo entre as demais mulheres. No jornal A Plebe, publicado em Dezembro de 1932, após o conflito, a operária Isabel Ferreira Bertolucci, no artigo “Ecos da Revolução: voz da mulher

paulista”, mostrou as impressões que a mulher paulista operária e pertencente às baixas classes sociais tiveram do conflito. Segundo ela, a mulher operária e as mães dos soldados anônimos não puderam falar em nome da “mulher paulista”:

“[...] Eu devia ter podido bradar a dor e a indignação geral entre as mulheres de minha classe: da classe pobre. Da classe dos que tudo produzem e nada possuem. [...] Nós vimos as que tão dedicadamente se preocuparam com os serviços da guerra, entregando-se à confecção de costura e à feitura de discursos inflamados pelo rádio e pela imprensa, num esforço de heroínas, promovendo a campanha cívica, para que os homens não se furtassem ao sacrifício. Mas as valquírias denodadas, que pela imprensa e pelo rádio, imprimiam valor ao verbo, atormentando-nos, noites e dias, por longas horas ao microfone, num suplício inquisitorial, não eram mães e não eram esposas, com certeza...[...]”

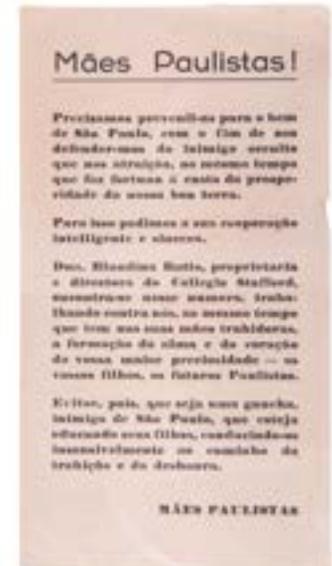
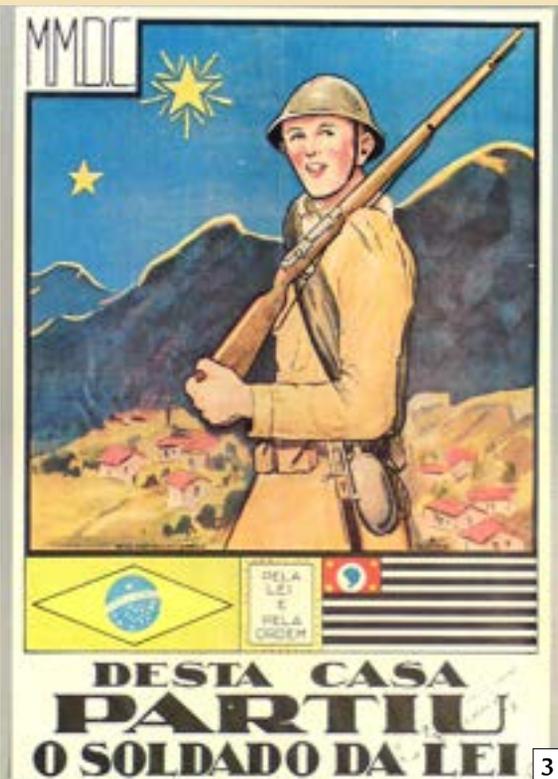
(Jornal A Plebe - Dezembro de 1932)

ENFERMEIRAS

Muitas mulheres participaram da guerra como enfermeiras voluntárias. Após um rápido e intensivo curso de enfermagem, elas se dirigiam para as frentes de batalha para ajudar os constitucionalistas em combate.

As mulheres da Legião Negra se engajaram como enfermeiras constitucionalistas e algumas delas chegaram a lutar nos combates, como a personagem Maria Soldado, que dizem ter sido uma cozinheira da família Penteado Mendonça. Elas também contribuíram para a fabricação de munições e a preparação de alimentos para os combatentes em treinamento na Chácara Carvalho, além de se alistarem como enfermeiras nas frentes de guerra.

Como enfermeiras do Governo Provisório de Vargas estavam as alunas da Escola Ana Nery, que tinham reconhecimento por parte das autoridades militares do governo brasileiro. Ao que tudo indica, essa escola de enfermagem não aceitava mulheres negras.



1- Enfermeiras e médicos voluntários do Curso de Enfermagem e Hospital do Sangue de Limeira (SP). Fonte: DE PAULA, 1998, p.157

2- Juramento da enfermeira de emergência expedido pelo Instituto de Higiene de S. Paulo (1932). Fonte: APESP

3- Cartaz "Destas casas partiu o soldado da lei", utilizado nas fachadas das casas durante a campanha militar de 1932. Fonte: APESP

4- "O desvelo e o carinho da mulher paulista pelos soldados constitucionalistas". A Gazeta (SP), 27 de setembro de 1932. Fonte: APESP

CAMPANHA DO OURO

Alianças de latão contendo a inscrição “Ouro para o bem de São Paulo” eram distribuídas aos colaboradores da campanha militar na Guerra Civil de 1932. O doador recebia a aliança ou um certificado ao contribuir financeiramente para os esforços de guerra, dessa forma, o possuidor da aliança transmitia a mensagem visual da adesão ao movimento MMDC ou, contrariamente, ficava explícito quem não era doador. A aliança servia tanto de incentivo como de objeto de coerção social para a captação de recursos financeiros com finalidade da manutenção dos efetivos de guerra de São Paulo.

Fato semelhante ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, quando a população foi incentivada a doar suas moedas de ouro para a compra de suprimentos bélicos.



15



16



NEGROS NA GUERRA DE 1932

NEGROS

O final do século XIX e o início do XX são marcados pelas teorias raciais que tentavam apontar as diferenças entre negros e brancos a partir dos traços físicos, mostrando a superioridade do branco em relação aos negros.

No contexto da Revolução de 1932, porém, um outro discurso foi assumido e o negro passou a ser a “raça” forte e valente que tanto lutou por liberdade. Assim que o conflito começou, o interventor do Estado de São Paulo Pedro de Toledo se reuniu com a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, para que a mesma aderisse ao movimento constitucionalista. Porém, a posição da Frente Negra foi de neutralidade, pois muitos de seus dirigentes simpatizavam com o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

A população negra, por sua vez, criou em 14 de Julho de 1932 um batalhão específico que ficou conhecido como “Legião Negra de São Paulo”. A Legião era formada por um grupo dissidente da Frente Negra e seu principal idealizador foi Joaquim Guaraná de Sant’Ana. A Legião, por sua vez, foi instalada na Chácara Carvalho, na Barra Funda, cidade de São Paulo, e em 20 de Julho já contava com 500 voluntários negros alistados.

Através do rádio, dos jornais e dos discursos a população negra era convocada a participar. Dentre os negros, o professor Vicente Ferreira tinha grande carisma e retórica. Discursava afirmando que a entrada no exército constitucionalista representava a luta contra todo tipo de opressão, para a construção de uma pátria livre. Esperava-se, assim, que o movimento trouxesse uma possível igualdade entre negros e brancos.

“Descendentes da Raça Negra do Brasil:

Estamos vivendo a hora mais decisiva da nossa História. Nós, os construtores da grandeza econômica da nossa pátria, que, com nosso sangue, a temos redimido de todas as opressões [...]

A dedicação e espontaneidade com que viemos cerrar fileiras pela defesa da Constituição é prova indiscutível de que os descendentes da Raça Negra, bravos como Henrique Dias, intemeratos como

patrocínio e sábios como os Rebouças, saberão, coerentes com o passado, não desmentir os seus feitos na conquista da vitória pela qual nos batemos: o Regime da Lei – a Constituição.”

(Correio de São Paulo publicou, em 21 de Julho, o discurso de Guaraná de Sant’Ana convocando os descendentes da raça negra a participarem da Revolução)

A Legião Negra combateu principalmente nas Frentes Leste e Sul. O nome dos batalhões normalmente eram dados em homenagem a figuras que lutaram pelo povo negro, como Henrique Dias. Os negros, em geral, eram pobres e viam na participação nas tropas possibilidades de melhorias profissionais e sociais.

Ao final da Revolução, porém, os negros continuariam, como antes, tendo um papel de coadjuvantes na sociedade. Guaraná de Sant’Ana criou o jornal Brasil Novo e em Abril de 1933 relatou que após as batalhas os negros “ficaram pelas ruas da cidade amontoados como lixo humano”, retrocedendo ao papel subalterno do período anterior à guerra. A Legião continuou como organização de ex-combatentes até a década de 1940.



INDÍGENAS NA GUERRA DE 1932

INDÍGENAS

A guerra civil fez com que o bandeirante paulista fosse rememorado no intuito de mostrá-lo como o guerreiro paulista, símbolo da força e da bravura de um povo. Já no século XIX, criou-se o mito da superioridade do paulista, descendente do branco e do índio, demonstrando seu vigor para o trabalho, como destacou Couto de Magalhães:

“O índio e o branco produziram uma raça mestiça, excelente pela sua energia, coragem, sobriedade, espírito de iniciativa, constância e resignação em sofrer trabalhos e privações: é o mameluco, tão justamente célebre na história colonial de S. Vicente”

(O Selvagem, Couto de Magalhães, 1913).

Porém, foi entre as décadas de 1920 e 1940 que historiadores como Alfonso Taunay e Alfredo Ellis Jr. contribuíram para a difusão da visão heroica do bandeirante paulista, mito explorado pelo

movimento de 1932, enfatizando a superioridade dos paulistas descendentes de uma raça única, a dos bandeirantes. Os indígenas que sempre foram oprimidos e considerados incivilizados, passaram nesse contexto a compor parte do discurso do ideal paulista de luta pela Constituição.

Segundo os raros estudos localizados, o “batalhão índio” que participou da Guerra Civil era formado por indígenas kaingang da região noroeste e alta sorocabana de São Paulo. Esses indígenas sofreram com a expansão da cafeicultura e da ferrovia, quando foram violentamente expropriados de suas terras nas primeiras décadas do século XX. Mesmo assim, aparentemente, alguns deles se voluntariaram para lutar pelo movimento constitucionalista.



1- Legião Negra (1932). Fonte: Emicida (site oficial)

2- Membros da Frente Brasileira Negra (c.1930). Fonte: GOMES, 2005, p.55

OS OPERÁRIOS NA GUERRA DE 1932

Entre o final de 1931 e os primeiros meses de 1932 o Estado de São Paulo viveu um período de intensas greves. Nos primeiros dias de maio de 1932, os jornais noticiavam as greves dos ferroviários da Companhia Inglesa, dos operários da fábrica de vidro, calçados e têxtil em São Paulo. Os ferroviários de Santos e Jundiaí também aderiram às greves. Eles reivindicavam aumento de salário, respeito aos dispositivos das leis de trabalho e direito de greve.

A repressão às greves foi intensa. Mesmo sendo pacíficas, a polícia usou de força para reprimi-las, uma vez que a greve se ampliava e afetava o setor industrial paulista.

Nesse cenário, alguns grupos operários viam no avanço do movimento constitucionalista paulista, predominantemente elitista, uma luta que não os incluía e, portanto, mantiveram distância das mobilizações e engajamentos.

Durante a Guerra Civil de 1932, o estado de sítio permitiu que o movimento operário organizado fosse ainda mais reprimido. Através dos agentes do DEOPS/SP (Departamento de Operações Especiais), a polícia aumentou a “caça” aos militantes políticos, aproveitando-se do momento que permitia a não oficialização de prisões e penas.

“Dezenas de trabalhadores oprimidos se acham presos nos cubículos dos Gusmões, onde são espancados e molhados com água fria! [...] Os operários de São Bernardo se acham presos sem que suas famílias possam vê-los. Quatro irmãos trabalhadores se acham presos, deixando desamparada sua velha mãe [...]”

(Manifesto do Socorro Vermelho contra as perseguições praticadas pela polícia política paulista - DEOPS/ 1932)

Contudo, a participação de trabalhadores industriais na Guerra Civil é incontestável e não alcançou apenas os campos de batalha, mas também o trabalho voluntário nas fábricas e oficinas.

Tanto o Governo Provisório quanto os constitucionalistas buscavam trazer para o seu lado os operários: os federais circulavam propagandas enfatizando como os paulistas tratavam a questão social como caso de polícia; os constitucionalistas, por sua vez, divulgavam dramaticamente a morte de Benedito Sérgio, um operário que deixou seu trabalho para lutar pela causa paulista.

Finda a Guerra Civil, porém, as relações entre estado e operariado ainda experimentaram outros embates e tensões que colocaram, inclusive, paulistas e governo Vargas do mesmo lado.



CONVITE

A Associação dos Estudantes do Commercio, Com-
municando ao Trabalho, Grupo Clube Trabalho, Grupo
Nacional Cultural, Associação Esportiva do Trabalho e
Grupo Associação de Trabalho, tem o prazer de con-
vitar os estudantes do curso de Direito a assistir ao
curso de conferencias sobre o assunto "A Liberdade de
Imprensa" a ser proferido pelo Sr. Dr. Manoel
Cezar de Castro no dia de amanhã em companhia
de estudantes convidados em numero para a sala de S.
Paulo e do Brasil.

O palestrante receberá pelo grupo de S. P. 40
centos de Contos Reaes e 200 de Contos de Moeda
Nacional.

RENDIMENTO SEMPRE, nunca faltando e cobrindo
tudo o que se comprometerem de que devem produzir. A
única garantia de sucesso e de rendimento, mesmo a
uma hora de trabalho por semana. Não se comprometa
se apenas para o começo do trabalho, mas para o grande
trabalho e o grande rendimento.

Trabalhe para a sua gloria pessoal e toda a sua
a parte e toda a parte de seu trabalho. Não se comprometa
se apenas para o começo do trabalho, mas para o grande
trabalho e o grande rendimento.

As conferencias, que sempre, em companhia de
estudantes, sempre para todos os pontos, são de S. P. 40
centos de Contos Reaes e 200 de Contos de Moeda
Nacional.

Sabão, 21 de Outubro de 1932.

Do Trabalho Nacional

18

Proletarios
Si a memoria não vos falha,
deveis lembrar-vos de que os poli-
ticos perrepostas sempre conside-
raram a questão social como uma
questão de policia.
Vencendo a plutocracia pau-
lista sereis fatalmente esmagados.

19





S
A
L
A
5

OS MORTOS NA GUERRA CIVIL DE 1932

O número de mortos na Guerra Civil de 1932 ainda é pouco confiável, em especial pelo número de relatos sobre o enterro de soldados em valas comuns durante os confrontos e não computados. Além disso, os dados sobre as baixas do lado Federal não foram localizados na documentação.

Oficialmente, pelo lado paulista, foram contados 634 mortos em combate, embora se admita que os números possam aproximar-se de 1.000. A média é trágica, superior a sete mortos por dia. Em comparativo com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os números são alarmantes: durante oito meses de combates na Itália, a Força Expedicionária Brasileira perdeu 451 soldados – média inferior a duas baixas por dia (De Paula, 1988. p.176).

COMBATENTES DO EXÉRCITO CONSTITUCIONALISTA OFICIALMENTE MORTOS EM AÇÃO:

(9 de julho a 2 de outubro de 1932)

Voluntários Cívicos.....	373
Força Pública	185
Exército Brasileiro: São Paulo, Mato Grosso, MG, PA, PR.....	55
Corpo de Bombeiros	11
CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva)	2
Cívicos: ferroviário.....	1
fotógrafo	1
Guarda Civil	3
Aviação do Exército.....	3
Total de Mortos.....	634

Fonte: De Paula, 1998. p.184.

O VOLUNTARIADO SÃO-CARLENSE: ONZE CONTINGENTES, 567 PESSOAS, 8 MORTOS

De São Carlos saíram onze contingentes de voluntários para as frentes de combate durante o período que durou a guerra. O primeiro deles partiu no dia 11 de julho de 1932 com 54 combatentes, passando primeiro pela capital do estado para daí serem encaminhados para as trincheiras. Dos 567 pessoas, entre jovens e adultos, oito morreram, sendo que quatro foram enterrados em São Carlos. São eles:

ENTERRADOS EM SÃO CARLOS:

Alípio Benedito (Batalhão Bento Gonçalves).

Benedito Ferreira da Silva (Batalhão Bento Gonçalves).

Luiz Roher (Batalhão 9 de Julho).

Modesto Santana (Batalhão Bento Gonçalves).

ENTERRADOS FORA DE SÃO CARLOS:

Elydio Antonio Verona

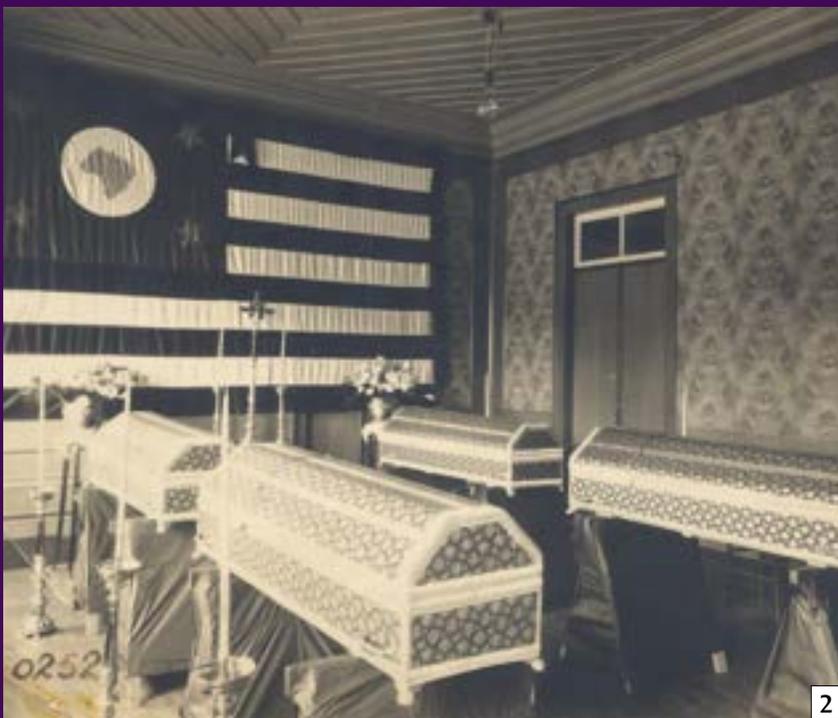
Francisco Perotti

Henrique Junqueira Franco

José Cabral

Fonte: Gomes, 2008

Os restos mortais dos quatro soldados enterrados em São Carlos permaneceram no Cemitério Nossa Senhora do Carmo até 1957, ano de comemoração do primeiro Centenário da cidade, quando foram homenageados e seus ossos trasladados para a Praça dos Voluntários, ao lado do Mercado Municipal, onde se encontram até hoje.



1- Autoridades no cortejo fúnebre dos voluntários são-carlenses em 23 de setembro de 1933. Fonte: Museu de São Carlos

2- Caixões com os restos mortais dos quatro combatentes são-carlenses sepultados na cidade em 24 de setembro de 1933. Fonte: Museu de São Carlos

3- Reunião de prestadores de serviços de retaguarda à campanha militar de 1932 no terreno da futura Praça dos Voluntários, São Carlos. Fonte: Museu de São Carlos



**E
P
Í
L
O
G
O**

RENDIÇÃO OU TRAIÇÃO?

O estado de São Paulo foi cercado e invadido. Já no final de julho de 1932 estava patente que não havia como resistir ao avanço das tropas federais. Era uma guerra perdida. O apoio previsto de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso foi muito limitado e esteve restrito a grupos políticos específicos dentro desses estados. No Rio Grande do Sul Batista Luzardo chefiou a tomada da cidade de Vacaria, em 20 de julho, mas se rendeu por estar isolado. Líderes políticos fizeram outras tentativas de rebelião, em agosto e setembro de 1932. Na de setembro, Borges de Medeiros, Luzardo e Raul Pilla com 200 homens, em Piratini (RS), enfrentaram as forças federais e foram derrotados. Uns foram presos e outros se exilaram.

Em Minas Gerais, Arthur Bernardes, ex-presidente da república, apoiou o movimento constitucionalista e foi preso em 22 de setembro; seus seguidores conseguiram apenas tomar a cidade de Pirapora por três dias. Houve apoio de grupos à causa constitucionalista em outros estados como Pará, Rio Grande do Norte, Piauí e Bahia, mas todas essas tentativas fracassaram.

Começaram, então, tanto do lado federal como do estadual, tentativas para um armistício que São Paulo exigia que fosse honroso, e o Governo Provisório que fosse uma rendição incondicional.

Há registros de diversas negociações entre Governo Provisório e lideranças do movimento constitucionalista, mas apenas em meados de setembro medidas efetivas pelo armistício avançaram quando Bertholdo Klinger, comandante militar do movimento paulista, procurou o Ministro da Marinha em busca de um acordo de paz. A Força Pública paulista foi também incluída nas negociações e, através dela, a rendição foi assinada.

Em 2 de outubro de 1932, o comandante da Força Pública de São Paulo, coronel Herculano de Carvalho Silva, assinou a Convenção Militar e, assim, encerrou oficialmente a guerra. Muitos o acusaram de traidor, assim como a Klinger, por ter feito um acordo com o Governo Provisório à revelia do “Alto Comando Revolucionário

Constitucionalista”. O coronel Herculano, depois de assinado esse acordo, depôs o governo de Pedro de Toledo e prendeu o governador de São Paulo.

O coronel Herculano, ao enfrentar essas acusações de traição, defendeu-se alegando que, diante de uma guerra perdida, preferiu poupar vidas e evitar uma resistência suicida. Até hoje há pontos obscuros nessas marchas e contramarchas que levaram ao armistício do dia 2 de outubro. Mas muitas pesquisas ainda serão necessárias para tentar iluminar um pouco mais os meandros dessa guerra civil.

SÃO CARLOS DIVIDIDA

Imediatamente após a rendição, teve início diferentes acusações de traição por parte de Herculano, Klinger, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e quaisquer outros que tenham apoiado o fim dos confrontos. Essa postura encontrava apoio entre combatentes e a população paulista, no interior e na capital, baseada em mentiras e versões suavizadas sobre a guerra que eram intensivamente propaladas pela imprensa e pelo movimento constitucionalista naqueles dias, e a crença de que sua causa era justa e correta.

O clima de inconformismo atingiu o cotidiano das cidades e confrontos locais foram registrados, pelo menos, até 1933.

Em São Carlos, embora São Paulo tenha se envolvido numa guerra civil contra o governo de Getúlio Vargas, havia getulistas conhecidos que, depois do armistício e da ocupação pelo interventor José Maria de Souza, passaram a ser hostilizados. Entre os ferroviários havia apoio declarado ao governo federal. No dia em que o prefeito Antonio Militão de Lima passou o cargo ao novo administrador, diretores e membros do Sindicato dos Ferroviários estiveram presentes, prestigiando o acontecimento.

Desde então, houve conflitos na cidade devido a posições pró e contra o governo federal. Chegando às vias de fato, entre agressões e insultos, houve um caso de assassinato ocorrido quando um conhecido

getulista, Emigdio Germano Rodrigues Filho, engenheiro da Companhia Paulista, foi insultado e reagiu atirando e ferindo Antonio Narvaes e Flávio de Araújo, interveio na contenda o farmacêutico Ary Fernandes Nunes, de 28 anos, que, revidando aos disparos daquele, o feriu mortalmente.

Outros acontecimentos conflituosos ocorreram na cidade, um deles, no carnaval de 1933, quando um grupo expressou seu apoio ao interventor José Maria de Souza e teve a reação contrária de pessoas que repudiaram essa manifestação. A discordância gerou um tumulto nas proximidades da prefeitura. De lá, o administrador e aliados responderam atirando, tiros que atingiram e mataram um jovem que estava nas imediações.

Essas contradições que emergem da obra dos memorialistas, e dessas entrevistas de pessoas que vivenciaram a época, combatentes ou não, contribuem para entender porque nos jornais da época não aparecem as opiniões discordantes da posição oficial paulista: a imprensa que impunha o discurso dominante era a mesma que bania a expressão de qualquer postura contrária ao movimento constitucionalista. Assim, a história agora busca contar o que a imprensa da época não contou.

Além da imprensa oficial da cidade, existiu em São Carlos um jornalzinho clandestino – um pasquim – chamado A Farpa, que ridicularizava o interventor José Maria. Foi clandestino por isso, era cáustico e irônico com o poder que havia ocupado a prefeitura do município, e tudo era pretexto para zombá-lo e escarnecê-lo, a ponto de chamá-lo de “requintado embusteiro”. “O Belo passou a residir gratuitamente no Palácio, instalando assim, o Cortiço Municipal.” eis algumas das amenidades farpeadas nos ouvidos dos ocupantes.

Mas o pasquim deixa transparecer, através de suas piadas picantes, o machismo, o bairrismo e a postura elitista dos “ilustrados” da cidade. O Sindicato dos Ferroviários, por apoiar o varguismo, também não ficou imune às farpadas que bateram duro nos são-carlenses tidos como traidores. As mazelas da cidade vieram à tona.



1- "As razões da atitude assumida pela Força Pública do Estado em face do momento actual". A Gazeta (SP), 03 de outubro de 1932. Fonte: APESP

2- Cabeçalho do jornal "A Farpa", de São Carlos, em 18 de fevereiro de 1933. Fonte: APH/FPMSC

O DISCURSO DA VITÓRIA MORAL

Criado e reproduzido pelos líderes do movimento constitucionalista paulista e ainda hoje por diversos pesquisadores, memorialistas e aficionados pela Guerra de 1932, o discurso da “vitória moral” afirma que, mesmo que São Paulo tenha sido traído e perdido a guerra nas armas, suas ações obrigaram Getúlio a aceitar que o governo do Estado ficasse na mão de políticos paulistas e civis e que apenas por elas as eleições e a constituinte foram implantadas em 1933.

O discurso da vitória moral de São Paulo, porém, precisa ser reavaliado à luz da história de todo o período posterior à instalação da Assembleia Constituinte e à promulgação da Constituição de 1934. Essa interpretação oficial foi construída pelos grupos políticos paulistas que levaram São Paulo à guerra civil e que precisavam, a qualquer preço, justificar o resultado calamitoso de uma guerra perdida, que fora apresentada à população do estado como uma vitória certa.

É certo que houve uma vitória política quando as lideranças paulistas conseguiram eleger a maioria dos deputados para a Constituinte e, portanto, fizeram convergir essas forças políticas para a promulgação de uma Constituição que lhes interessava. Mas quando avaliados esses acontecimentos em perspectiva histórica e comparados com os episódios posteriores à promulgação da Carta de 1934 tudo que parecia solidamente conquistado se desfaz à luz dos acontecimentos.

Nesse contexto, muitas questões ainda estão sem resposta. Por que essa vitória teve tão curta duração, uma vez que a Constituição de 1934 sobreviveu apenas três anos e alguns meses, tendo como sequência a instalação da ditadura do Estado Novo (1937), regime que promulgou a sua própria Constituição? Por que não se sustentou? Por que São Paulo se acomodou à conjuntura do Estado Novo? Como fez isso? Por que a figura de Getúlio Vargas passou a ter uma apreciação positiva por boa parte da população de São Paulo?

Tais questionamentos desnudam a fragilidade da vitória moral e demonstram que ainda há muito o que se olhar sobre os eventos de 1932 e seus significados para a história do Estado e do País.



Com a submissão dos rebeldes de S. Paulo, terminou a luta fratricida, triunfando a Unidade Nacional!

Boletim de Informações

Serviço de Publicidade da Imprensa Nacional

Distribuição gratuita | Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1932 | N. 42

A CESSAÇÃO DA LUTA!

As autoridades militares designadas pelo Governo Provisorio assumiram a administração do Estado de S. Paulo

A Imprensa Nacional fez irradiar, hontem a noite, a auspiciosa noticia da cessação da luta armada e da volta daquele Estado ao regime da ordem.

Com a deposição do governo rebelde e a designação das novas autoridades, pelo



DR. GETULIO VARGAS
Chefe do Exército Provisorio

Governo Federal, terminou de fato a sedição irrompida em 9 de Julho, triunfando a Unidade Nacional! Congratulamo-nos com o povo brasileiro pelo restabelecimento da ordem e consequente volta do país a vida normal.

1- Informe da festa "A Epopéia de 1932" promovida pela Associação de Ex-Combatentes de São Paulo (1984). Fonte: Museu de São Carlos

2- Soldados paulistas presos em Manacá (MG) durante a campanha militar de 1932. Fonte: Fundo Secretaria do Interior/Arquivo Público Mineiro

3- Missa em memória dos 25 anos da guerra civil de 1932 na catedral de São Carlos (1957). Fonte: Museu de São Carlos

4- Desfile comemorativo ao 9 de Julho na Avenida São Carlos (1975). Fonte: Museu de São Carlos

GETÚLIO VARGAS

(SÃO BORJA/RS, 1882 – RIO DE JANEIRO/RJ, 1954)

Quando os acontecimentos que levaram à Guerra Civil de 1932 são abordados, a figura política de Getúlio Vargas aparece, no conteúdo da propaganda constitucionalista, como um ditador ambicioso e calculista que visava exclusivamente sua perpetuação no poder, e que para isso tudo sacrificava, desde a democracia até as autonomias estaduais.

Mas não podemos julgar a atuação de Vargas apenas no período de 1930 a 1932. É preciso colocá-lo em perspectiva histórica para compreendê-lo enquanto liderança emergente no processo republicano brasileiro, observando o que o levou ao combate às oligarquias estaduais e as consequências históricas que levaram o Brasil ao processo de industrialização e desenvolvimento econômico experimentados em todo o período varguista.

As instituições criadas na chamada Era Vargas, os avanços infraestruturais que foram organizados na base econômica do país serviram como sustentação aos avanços posteriores, criando um projeto de desenvolvimento para o Brasil, país que, desde então, deixou de pensar-se essencialmente como um país agrário, de “vocação agrária” como pensavam as elites cafeicultoras paulistas, e tornou-se uma economia industrial.

A FIGURA POLÍTICA DE GETÚLIO VARGAS

Ainda hoje a historiografia e os estudos sociais brasileiros debatem a figura política de Getúlio Vargas, e diferentes épocas e linhas de pensamento construíram imagens para ele. Segundo Carlos Bresser-Pereira:

Getúlio Vargas e seus adversários

Vargas tem muitos adversários: desde os remanescentes da oligarquia exportadora paulista e dos intelectuais de esquerda

da Escola de Sociologia de São Paulo até os neoliberais de hoje cuja hegemonia desde 1991 levou o Brasil novamente à condição de quase-colônia. Os primeiros não o perdoam por haver ‘traído’ a revolução liberal que esperavam que fosse a Revolução de 1930, e, em seguida, por havê-la derrotado na Revolução de 1932; os segundos, porque definiram o populismo político negativamente como uma forma demagógica de propor uma aliança de classes capitaneada pela burguesia industrial e assim enganar os trabalhadores e as esquerdas; os últimos, porque a industrialização que promoveu implicou forte intervenção do Estado na economia. Vargas é também criticado por haver sido conservador e autoritário. Essencialmente por essas duas razões, nos anos 1960, os sociólogos da Universidade de São Paulo e a teoria da dependência que aparece em seguida no âmbito da América Latina, buscaram diminuir o papel da Revolução de 1930 e o de Vargas na história brasileira, ao mesmo tempo em que negavam a possibilidade de existência de uma burguesia nacional no Brasil, ou seja, de um empresariado industrial identificado com o interesse nacional.

Mais recentemente, o neoliberalismo dominante nos Estados Unidos desde os anos 1980 e no Brasil desde o início dos anos 1990 acusou o nacional-desenvolvimentismo de Vargas de atrasado e de incapaz de promover o desenvolvimento econômico não obstante o fato de que as taxas de crescimento tenham sido muito maiores entre 1930 e 1980 em comparação às vigentes desde 1991. (Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. s.d. pp. 3-4)

Ainda segundo Bresser-Pereira:

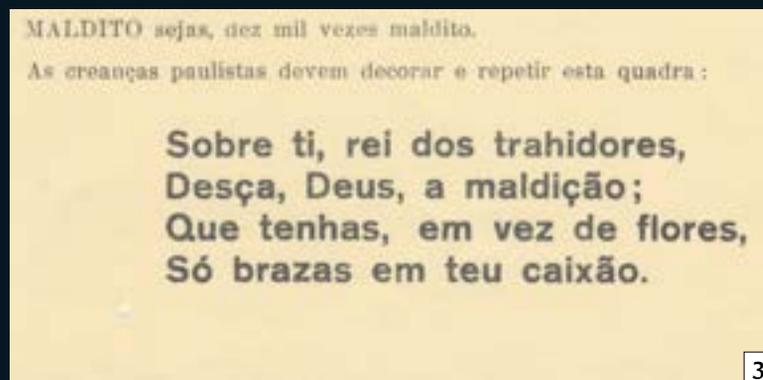
Getúlio Vargas, um estadista, em 24 anos deixou o Brasil industrializado e dinâmico

Um estadista tem capacidade de se antecipar aos fatos, de compreender em que sentido estão caminhando os acontecimentos, porque sabe ou intui quais as alianças internas e internacionais é preciso fazer, quais decisões tomar, e quais postergar. Ele é estadista porque é um solitário que ouve a muitos, mas toma suas decisões só, e assume a plena responsabilidade pelas mesmas. Porque tem amigos, mas não hesita em abandoná-los. Porque seu critério para tomar as decisões não é apenas o poder pessoal, mas é também o poder nacional, a realização de sua visão de futuro.

*Getúlio Vargas foi um estadista, porque teve a visão da oportunidade que a Grande Depressão dos anos 1930 abria para o Brasil iniciar sua industrialização e completar sua Revolução Nacional. Foi um líder nacionalista e populista que encontrou um país agrário e atrasado quando assumiu o governo, e, 24 anos depois, o deixou industrializado e dinâmico. (Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia*. s.d. p. 6 – grifo nosso)*

Vê-se aqui uma avaliação que ata o fio vermelho da história entre o passado e o presente, fazendo uma leitura que nos remete à luta política atual. Assim, ver Getúlio Vargas como um mero ditador que oprimia as oligarquias paulistas, e, por consequência, todo o estado de São Paulo, é perder essa perspectiva histórica e assumir uma visão limitada e inserida em uma visão negativa deste personagem na atualidade.

Se a controvérsia é a propulsão desta exposição, a figura de Vargas e a leitura de sua atuação pública mantém-se como tema a ser estudado, relido e debatido.



AS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A GUERRA CIVIL DE 1932

As exposições comemorativas tradicionais que apresentam os acontecimentos de 9 de Julho têm ressaltado a participação da população paulista nos momentos que antecederam ao início da Guerra Civil de 1932 e, também, em momentos posteriores ao começo do conflito. Nessas mostras, os paulistas aparecem em manifestações de rua na cidade de São Paulo, nas frentes de batalha e nas cidades do interior do estado dando apoio às tropas em seus deslocamentos e movimentações. A ênfase, então, se concentra nessa participação popular.

A exposição atual do Museu de São Carlos, além de apresentar imagens e objetos já tradicionais em exposições sobre o movimento constitucionalista de 1932, traz como elemento novo uma dimensão reflexiva, polêmica, onde a guerra não é exaltada e as controvérsias em torno do tema, no passado e nos dias que correm, são postas em confronto a estimular as nossas interpretações.

A reflexão sobre os conflitos humanos nos dão elementos críticos de superação civilizada de impasses apresentados nos embates políticos, buscando a efetivação de princípios republicanos e democráticos. Atitude que não aconteceu em 1932, quando o impasse levou os brasileiros a uma guerra civil. O debate democrático é essencial à cidadania.

Desde o fim da guerra, em outubro de 1932, diferentes interpretações deste episódio foram formuladas, e as discussões atuais não estão apenas voltadas para a década de 1930, elas fazem parte do debate político da atualidade brasileira, da participação do estado de São Paulo no País.

Geralmente, o tema de 9 de Julho é apresentado como um episódio principalmente paulista, mas essa guerra repercutiu em todo o Brasil, com forte presença em estados como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, além de estados do Norte e Nordeste que participaram segundo as articulações políticas regionais da época.

Muitos aspectos dos eventos de 1932 ainda são desconhecidos ou pouco estudados. Por isso, os setores de pesquisa da Fundação Pró-Memória e do Museu de São Carlos vão continuar a estudá-los. Se a sociedade brasileira discute atualmente este tema em diversas linhas de argumentação com consequências políticas presentes, é também nosso dever apresentá-las à população são-carlense para que as discuta e divulgue. Portanto, a Guerra Civil de 1932 não é apenas um episódio histórico do passado, é um momento presente, atual, no debate político brasileiro.



MUSEU DE
SÃO CARLOS

AS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A GUERRA CIVIL DE 19

Este texto discute as diferentes perspectivas históricas sobre o conflito armado que marcou o Brasil no século XIX. Analisa como a narrativa da guerra civil evoluiu ao longo do tempo, desde a visão tradicional de uma luta entre imperiais e republicanos até interpretações mais recentes que consideram o papel da sociedade civil e das forças populares.



boletim de informações A CESSAÇÃO DA LUTA



OBJETOS

01. CAPACETES DE AÇO (1932)

Apresentados muitas vezes após o movimento constitucionalista como símbolo do esforço de guerra paulista, os capacetes de aço foram produzidos pelas fábricas locais sob coordenação da Associação Comercial de São Paulo, responsável pela coleta e distribuição de recursos para a fabricação de equipamentos de guerra. Inspirados em capacetes franceses e ingleses, o modelo paulista foi aprimorado nos meses de confronto armado.

Acervo Museu de São Carlos

02. FUZIL (1932)

Armamento de fabricação alemã da “Deutsche Waffen-und munitions Fabriken. Berlin”, mod. 0242, sem o ferrolho, com correia de couro de apoio no ombro partida. A variedade de modelos encontrados entre os armamentos constitucionalistas deve-se a sua origem difusa, sendo fruto de doações e da reunião de peças de diversas forças militares estaduais.

Acervo Museu de São Carlos

FUZIL (1932)

Armamento de fabricação alemã da “Deutsche Waffen-und munitions Fabriken. Berlin”, mod. 1908. β 640, com correia de pendurar no ombro partida.

Acervo Museu de São Carlos

FUZIL (1932)

Armamento de fabricação alemã da “Deutsche Waffen-und munitions Fabriken. Berlin”, mod. 1908. β 67469, sem o ferrolho.

03. PENTE DE MUNIÇÃO E CARTUCHOS DEFLAGRADOS (1932)

Acervo Museu de São Carlos

04. LANÇA-CHAMAS

Miniatura do blindado construído em São Paulo para Força Pública em 1931 e usado na guerra civil de 1932 pelas forças constitucionalistas.

Dimensões: comprimento: 120 cm; altura: 15 cm; largura: 12 cm. Escala: 1/10

Artesão Orlando Rodolpho.

Acervo Museu de São Carlos

5. TREM BLINDADO (TB)

Miniatura do TB 6, chamado de “Fantasma da morte” pelos memorialistas do movimento constitucionalista de 1932. Foi desenvolvido pela Escola Polytechnica, sendo a composição formada por locomotiva, tender e vagão blindados, torre giratória com metralhadoras e telefone.

Dimensões (locomotiva e vagão): comprimento: 120 cm; altura: 15 cm; largura: 12 cm. Escala: 1/20

Artesão Orlando Rodolpho.

Acervo Museu de São Carlos

06. PANFLETO DE PROPAGANDA CONSTITUCIONALISTA (1932)

O uso de imagens religiosas pretendia sensibilizar a população em prol da causa paulista.

Acervo Museu de São Carlos

07. JORNAL “O SEPARATISTA” (1932)

O jornal circulou em São Paulo meses antes da guerra civil de 1932 e propunha a emancipação de São Paulo do restante do país, além de trazer discursos de cunho racista em relação aos nortistas e nordestinos. O grupo separatista era minoritário no movimento paulista e não encontrava respaldo entre as lideranças constitucionalistas.

Fonte: APAAC/APESP - Acervo Museu de São Carlos

08. “JORNAL DAS TRINCHEIRAS” (1932)

Jornal publicado pelo movimento constitucionalista e que trazia notícias do front e colunas de incentivo a causa paulista. Muitas das notas publicadas eram manipuladas ou mentiam em relação aos acontecimentos da guerra civil para manter a moral dos combatentes alta. Os exemplares do jornal foram fartamente distribuídos nas áreas de combate em território paulista e no Rio de Janeiro. Circulou de 14 de agosto a 25 de setembro.

Fonte: APAAC/APESP - Acervo Museu de São Carlos

09. CAPA DO DISCO “São Paulo de 32” (1957)

Acervo Museu de São Carlos

10. DISCO “SÃO PAULO DE 32” (1957)

Lançado após 25 anos da guerra civil de 1932 pela gravadora Copacabana, o disco com poesias de Guilherme de Almeida e músicas de Alceu Bocchino é interpretado por Cesar Ladeira e traz músicas compostas na época da guerra e nos anos seguintes, como forma de comemoração ao levante.

Acervo Museu de São Carlos

11. PARTITURA “O PASSO DO SOLDADO” (1932)

Partitura com letra de Guilherme de Almeida e música de Marcelo Tupinambá. A canção foi largamente utilizada durante a campanha de 1932.

Fonte: APAAC/APESP - Acervo Museu de São Carlos

12. PARTITURA “ANHANGUERA” (1932)

Partitura publicada durante a Guerra Civil de 1932 com letra de Menotti Del Picchia e música de Natalino Itabira.

Fonte: APAAC/APESP - Acervo Museu de São Carlos

13. FOTO POSTO DE CONFORTO AOS SOLDADOS DA LEI (1932)

Posto de atendimentos aos soldados constitucionalistas que partiam ou passavam pela estação ferroviária de São Carlos. A foto é datada de 26 de agosto de 1932.

Acervo Museu de São Carlos

14. VOLANTE “MÃES PAULISTAS” (1932)

Panfleto com propaganda contrária a Blandina Ratto, gaúcha, proprietária e diretora do Colégio Stafford, da Capital, distribuído durante o movimento de 1932. Volantes e provocações contra mineiros, nordestinos e gaúchos não foram incomuns durante e após a guerra civil, e causaram mal-estares, conflitos e mesmo mortes, como ocorrido em São Carlos, em 1933, no episódio do assassinato de Emigdio Germano Rodrigues Filho.

Acervo Museu de São Carlos

15. CERTIFICADO DE DOAÇÃO PARA A CAMPANHA “OURO PARA O BEM DE SÃO PAULO” (1932)

Documento de Georgina de Aguiar Whitaker.

Acervo Museu de São Carlos

16. VOLANTE DA CAMPANHA DO OURO NA CIDADE DE IGUAPE (SP)

Fonte: APAAC/APESP

17. ALIANÇA DA CAMPANHA “OURO PARA O BEM DE SÃO PAULO” (1932)

A aliança com a inscrição “Ouro para o bem de São Paulo” foi distribuída entre os doadores da campanha do ouro de 1932. A peça era dada em troca de joias doadas para os esforços de guerra.

Acervo Museu de São Carlos

18. CONVITE PARA UMA HOMENAGEM REALIZADA NA CIDADE DE TAUBATÉ, A UM VOLUNTÁRIO MORTO EM COMBATE (1932).

Fonte: APAAC/APESP

19. VOLANTE QUE CIRCULOU CLANDESTINAMENTE EM SÃO PAULO (1932).

Fonte: APAAC/APESP

20. CERTIFICADO “MEDALHA DA CONSTITUIÇÃO” (1966)

Homenagem prestada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo à cidade de São Carlos por serviços prestados durante a guerra civil de 1932.

Acervo Museu de São Carlos

21. LIVRO DE REGISTRO “BATALHÃO DE ESCOTEIROS PEDRO DE TOLEDO” (1932)

O Batalhão foi criado em São Carlos durante os eventos de 1932. As crianças registradas participavam dos esforços de guerra na cidade, como na coleta de ovos, metais e alimentos. Mais tarde, os escoteiros foram considerados voluntários e incluídos entre aqueles habilitados a receberem pensões do governo estadual por sua participação da guerra civil.

Acervo Museu de São Carlos

A GUERRA CIVIL DE 1932

Realização:

Prefeitura Municipal de São Carlos
Prefeito Paulo Roberto Altomani
Museu de São Carlos – Fundação Pró-Memória de São Carlos
Diretor- Presidente Luís Carlos Triques

Pesquisa e textos:

Julio Roberto Osio
Leila Maria Massarão
Vanessa Martins Dias
Natália Innocente (bolsista)
Yurian Carneiro(bolsista)

Seleção de acervo:

Vanessa Martins Dias
Natália Innocente (bolsista)

Seleção de imagens:

Leila Maria Massarão

Projeto expográfico:

Cláudia Danella
Julio Roberto Osio
Leila Maria Massarão
Luana Gonçalves Viera da Silva
Rodrigo Peronti Santiago
Vanessa Martins Dias

Programação visual:

Renato Aldrighi

Projeto educativo:

Luana Gonçalves Viera da Silva
Natália Innocente (bolsista)
Vanessa Martins Dias

Vídeo:

Julio Roberto Osio
Vanessa Martins Dias
Yurian Carneiro (Bolsista)

Miniaturas:

Orlando Rodolpho

Agradecimentos:

Ao Arquivo Público Mineiro; ao jornal O Povo de Fortaleza (CE); ao professor Renilson Rosa Ribeiro (UFMT); ao pesquisador Carlos Antonio dos Reis; à Secretaria Municipal de Educação - Divisão de Educação Especial; ao Museu TAM; ao Memorial da Resistência, à Edith Gonçalves Viera; aos funcionários da Fundação Pró-Memória de São Carlos e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta exposição.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, A.A. de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001

ABREU, M.S. de. Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932-1937). Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.31, nº61, p.105-123, 2011

AIDAR, J. L. (org.) A Politécnica em armas. Escola Politécnica – 100 anos. Editora Expressão e Cultura: São Paulo, 1993. Disponível em: <http://ultimatrinceira.com.br/Poli_Rev_32_Parte_I.htm> . Acesso em 19 de março de 2014

_____. Fabricação de Explosivos. Escola Politécnica – 100 anos. Editora Expressão e Cultura: São Paulo, 1993. Disponível em: <http://ultimatrinceira.com.br/Poli_Rev_32_Parte_II.htm>. Acesso em 19 de março de 2014

ALVES BASTOS, Capitão. Palmo a palmo (a luta no Setor Sul). São Paulo: Sociedade impressora Paulista, 2ª edição, 1932

ANDRADE, M. de. Taxi e Crônicas no Diário Nacional. Estabelecimento de Texto, Introdução e Notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976

_____. Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo. (Coleção Obras de Mário de Andrade), vol. 24. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

BASTOS, E.C.S. Blindado Lança-Chamas. Força Pública de São Paulo 1931-1932. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/arc/Art%2019.htm>>. Acesso em 19 de março de 2014

_____. Revolução de 1932. Blindados de Construção Nacional. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/R1932BN.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2014

_____. Capacetes de aço no Exército Brasileiro 1932-2004. Revista DA CULTURA, Rio de Janeiro - RJ, v. Ano IV n.6, p. 18-22, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org>>. Acesso em 05 de março de 2014

BORGES, V.P. Memória paulista. São Paulo: EDUSP, 1997

CAPELATO, M.H. O movimento de 1932: a causa paulista. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1ª edição 1981

CARONE, E. Revoluções do Brasil Contemporâneo, 1922-1938. Difel, 1975

CARNEIRO, J.N. São Carlos na revolução paulista de 1932. São Carlos: EESC, 1973

CASALECCHI, J.E. O Partido Republicano Paulista. São Paulo: Brasiliense, 1987

CAVALHEIRO, E. Monteiro Lobato: vida e obra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956

CODATO, A.N.. A elite destituída: a classe política paulista nos anos 30. SP História do Estado de São Paulo / A Formação da Unidade Paulista. São Paulo: República. Organizadores: Nilo Odalia (In memoriam) e João Ricardo de Castro Caldeira. Vol. 2. 1ª ed. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010

COHEN, I.S.. Vida política paulista nas décadas de 1920 e 1930: as revoluções de 1924 e 1932. História do Estado de São Paulo / A Formação da Unidade Paulista. São Paulo: República. Organizadores: Nilo Odalia (In memoriam) e João Ricardo de Castro Caldeira. Vol. 2. 1ª ed. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010

D'ARAUJO, M.C. (org.). As instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932. Recife: Ed. Universitária UFFE, 2013

D'ÁVILA, L.F.(org.). As Constituições Brasileiras: análise histórica e propostas de mudança. São Paulo: Brasiliense, 1993

DALLARI, D.A. O Pequeno Exército Paulista. (Coleção Elos). São Paulo: Editora Perspectiva, 1977

_____. História da revolução de 32. São Paulo: IBRASA, 2002. (Biblioteca de Estudos Brasileiros; 22)

DE PAULA, J. 1932: imagens construindo a história. Campinas, Piracicaba: EDUNICAMP/Editora UNIMEP, 1998 (Coleção Tempo & Memória; v.7).

DEL PICCHIA, M. A Revolução Paulista. São Paulo, 1932

DOMINGUES, P.J. Os Pérolas Negras: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. 2003. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n29_30_p199.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2014

DONATO, H. Dicionário das Batalhas Brasileiras. 2ª ed. São Paulo: IBRASA, 1996. (Biblioteca de Estudos Brasileiros; 17)

DUARTE, P. Palmares pelo avesso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2010. (Coleção Paulista).

_____. Agora nós! crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heroes da retaguarda. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007

_____. Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: Edart-São Paulo Livraria Editora Ltda, 1971

- ELÍBIO JR, A.M. “Sem uma reação não estaremos condenados à ruína?": da Revolução Constitucionalista aos embates da assembleia nacional constituinte - Rio Grande do Sul (1932-1934). Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis-UFSC. Vol.4, nº2, s.d.
- ELLIS JR, A. A nossa guerra. São Paulo: Tipografia Cupolo, s.d.
- ELLIS JR, A. A Nossa Guerra. São Paulo: Editora Piratininga S/A, 1933
- FAUSTINO, O. A Legião Negra: a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932. Romance histórico. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011
- FAUSTO, B. A revolução de 1930. 13ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1991
- FIGUEIREDO, E. Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954
- FILATOW, F. Combate do Fão: episódio político-militar da Revolução Constitucionalista no Rio Grande do Sul In Revista Cippus-UNILASALLE. Vol.2, nº1, p.68-81, maio/2013
- FILHO, A.J.A. Participação da Escola Anna Nery na Revolução Constitucionalista de 1932. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília. Set/out, 2003.
- Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n5/a24v56n5.pdf>>. Acesso em 17 de março de 2014
- FLORINDO, M.T. A grande repressão de 1932 em São Paulo. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 4, nº8, dezembro/2012
- GOMES, F. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- GOMES, P.F.S. São Carlos e o movimento constitucionalista de 1932: poder local e cooptação ideológica. Dissertação de Mestrado. São Carlos. UFSCar, 2008
- GONÇALVES, C. Carne para canhão! O front em 1932. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933
- GOULART, G. Verdades da Revolução Paulista. São Paulo: Edição do autor, 1933
- GUIMARÃES, R. Coral jovem do Estado: 30 anos. São Paulo: Santa Marcelina Cultura, 2009
- HILTON, S. A Guerra Civil Brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982
- JUNIOR, M.C. O Emprego do Avião na Revolução Constitucionalista de 1932. INCAER. 2012
- KONRAD, D. 1932, São Paulo 1– greves operárias e reação liberal-conservadora. Disponível em <http://vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4813&id_coluna14>. Acesso em 17 de março de 2014
- _____. 1932 em São Paulo – 2: a reação da burguesia liberal-conservadora. Disponível em <http://vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4813&id_coluna14>. Acesso em 17 de março de 2014
- _____. 1932 em São Paulo – 3: derrota histórica do liberalismo-conservador?. Disponível em <http://vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4813&id_coluna14>. Acesso em 17 de março de 2014
- LESSA, O. Não há de ser nada... Rio de Janeiro. Ediouro. s.d.
- LINS DE BARROS, J.A.. Memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S/A, 1953
- LOPES, R.H. “Cada brasileiro receba a parcella de insulto que lhe cabe”: regionalismo, separatismo e bairrismo no processo de mobilização cearense durante a Guerra de 1932 In Revista Espacialidade [online]. Vol.2, nº1, 2009
- LOPES, V.L.L. O rádio mato-grossense e a contribuição do Boateiro. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003
- LÖW, L. Enfermeiras negras na Revolução Constitucionalista de 1932. Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013
- MONTENEGRO, B. E e WEISSON, A.A. (org.). Cruzes Paulistas. São Paulo Revista dos Tribunais, 1936
- OLIVEIRA, W.P. de. 1932: a Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas: contexto, revolta e produção do silêncio. Belém do Pará.Paka-Tatu, 2013
- OSÓRIO, M. A Guerra de São Paulo. São Paulo: Ed. Americana, s.d.
- PERISSINOTTO, R.M.. Tradição e modernidade no state-building paulista durante a Primeira República (1889-1930). São Paulo: República. Organizadores: Nilo Odalia (In memoriam) e João Ricardo de Castro Caldeira. Vol. 2. 1a ed. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010
- PUPO, J. Memórias de um ex-combatente de 32. Jundiá: Editora Literarte, 1989
- QUEIROZ, A.S. Batalhão 14 de Julho – Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo: Gráfica Sangirard Ltda, 1982
- QUEIROZ, P.R.C. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio) In Diálogos, DHI/PPH/UEM. Vol. 10, nº2, p. 149-184, 2006.
- Radio Cultura Brasil. O susto que o rádio causou no poder. Disponível em: <<http://culturabrasil.cmais.com.br/colunas/coluna-do-weber/o-susto-que-o-radio-causou-no-poder>>. Acesso em 18 de março de 2014
- Revoluções brasileiras. Cinthia Anhesini (pesq. histórica e iconográfica); Gabriela Luz (coord. de produção); Fábio Uru (il.). São Paulo: Bellini Cultural, 2009
- RODRIGUES, J.P. Dos embates da política aos canteiros da memória: a Revolução Constitucionalista entre o fracasso bélico e o triunfo dos ideais (1932-1934). Patrimônio e Memória (UNESP), v. 8, p. 182-206, 2012.
- _____. Regionalismo e insubordinação: o imaginário social paulista

e a campanha “constitucionalista” de 1932 em São Paulo. Revista Territórios e Fronteira-ICHS/UFMT. Vol.4, nº1, p.189-209, jan/jul2011

_____. Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). Tese de Doutorado. Assis. UNESP, 2009

RODRIGUES ALVES, O. Os Homens que Governaram São Paulo. São Paulo: Nobel/Edusp, 1986

ROSA, R.D. A Frente do Vale do Paraíba na Revolução de 1932. Jornal O Lince. nº 33, mai/jun, 2010. Disponível em: <<http://www.jornalolince.com.br/2010/arquivos/panopticum-frente-vale-paraiba-revolucao-1932-www.jornaolince.com.br-edicao033.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2014

SAES, G.A.M. de. O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898). São Paulo: República. Organizadores: Nilo Odalia (In memoriam) e João Ricardo de Castro Caldeira. Vol. 2. 1a ed. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010

SALGADO GUIMARÃES, M.L. et all (org.) A revolução de 30: textos e documentos. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982 (Coleção Temas Brasileiros, 14)

São Paulo contra a Dictadura. São Paulo: Ismael Nogueira, 1933

SEGATTO, J.A. Os sessenta anos da Revolução de 32. Memória. São Paulo.- Departamento de Patrimônio Histórico da ELETROPAULO. Nº15, ano 4, julho-agosto-setembro/1992.

VASCONCELLOS, C.T. de e PALENEWEN, D.P. Revolução de 32: revolução ou devaneio? In Revista Histórica. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado. Nº3, ano 2, abril/2001.

VILLA, M.A. 1932: imagens de uma revolução. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008

WEINSTEIN, B. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932 In Revista Esboço – UFSC. Nº16, p. 281-303, s.d.

Documentos

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discursos do ex-presidente Getúlio Vargas, 1932. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1932>>. Acesso em 28 de março de 2014.

Documento nº 61 – AO POVO paulista / Um punhado de factos que perfunctoriamente illustram a acção da Força Publica, nos 83 dias de luta que empolgou a alma bandeirante. São Paulo, 1932. Convênio IMESP / DAESP, 1982.

JUDICIÁRIO BRASILEIRO - Vara Criminal de São Carlos. Processo 1125/32. Cx nº 461. Fundação Pró-Memória de São Carlos.

S DE NATURA

Informational panel with a colorful circular diagram and text.



PRINCIPAL CONDIÇÕES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

Informational panel with text and a small image of a document.



OS DE BATALHA

OS DE BATALHA

OS DE BATALHA



PRINCIPAIS CONDIÇÕES
Gerais do ESTADO DE SÃO PAULO

PRINCIPAIS CONDIÇÕES
Gerais do ESTADO DE SÃO PAULO

PRINCIPAIS CONDIÇÕES
Gerais do ESTADO DE SÃO PAULO



Museu de São Carlos de maio de 2015 a julho de 2016

